

idp

idn

MESTRADO PROFISSIONAL

EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

**UMA ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DAS EMENDAS
PARLAMENTARES INDIVIDUAIS DOS DEPUTADOS
FEDERAIS E SENADORES DE SANTA CATARINA**

ANDREIA LINS RIBAS

Brasília-DF, 2023

ANDREIA LINS RIBAS

**UMA ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DAS EMENDAS
PARLAMENTARES INDIVIDUAIS DOS DEPUTADOS
FEDERAIS E SENADORES DE SANTA CATARINA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientador

Professor Doutor Humberto Falcão Martins

Brasília-DF 2023

ANDREIA LINS RIBAS

UMA ANÁLISE DA ALOCAÇÃO DAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS DOS DEPUTADOS FEDERAIS E SENADORES DE SANTA CATARINA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração Pública, do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Aprovado em 30 / 06 / 2023

Banca Examinadora

Prof. Dr. Humberto Falcão Martins - Orientador

Prof. Dr. Milton de Souza Mendonça Sobrinho

Prof. Dr. Paulo Marques

R482a Ribas, Andreia Lins
Uma análise da alocação das emendas parlamentares individuais dos deputados federais e senadores de Santa Catarina / Andreia Lins Ribas. – Brasília: IDP, 2024.

108 p.
Inclui bibliografia.

Trabalho de Conclusão de Curso (Dissertação) – Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP, Curso de Mestrado Profissional em Administração Pública, Brasília, 2023.
Orientador: Prof. Dr. Humberto Falcão Martins.

1. Distribuição de recursos. 2. Emendas parlamentares. 3. Orçamento público. 4. Pork Barrel. I. Título.

CDD: 351

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Ministro Moreira Alves
Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa

DEDICATÓRIA

Primeiramente, a Deus, fonte inesgotável de amor e sabedoria, a quem dedico esta obra com humildade e gratidão, por ter me guiado em cada passo desta jornada.

Aos meus queridos pais, Silas e Célia, o amor e a dedicação me ajudaram na trajetória para este momento. Vocês me ofereceram bases sólidas de formação e, com muito esforço, possibilitaram meus estudos.

Ao meu amado esposo, José Neto, meu apoio durante toda jornada. A sua compreensão e apoio constantes foram determinantes por trás de cada página registrada.

Aos meus queridos sobrinhos-filhos, Thiago e Letícia, vocês são minha inspiração para este trabalho. Cada palavra escrita é uma demonstração do meu amor e da minha vontade de ser um exemplo e deixar um legado para vocês.

AGRADECIMENTOS

Expresso minha profunda gratidão ao meu orientador professor Dr. Humberto Falcão, pela condução acadêmica. Suas orientações e paciência foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho. Agradeço também ao professor Milton de Souza por compartilhar seu conhecimento e experiência, que foram essenciais para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos professores do programa de mestrado, meu profundo agradecimento pela qualidade dos ensinamentos transmitidos ao longo do curso. Suas aulas, palestras e discussões foram fundamentais para ampliar meu conhecimento e compreensão na área de estudo.

Agradeço aos amigos e colegas de curso, que compartilharam comigo os desafios e as alegrias dessa jornada acadêmica. Suas conversas, debates e trocas de experiências foram enriquecedoras e estimulantes.

À minha família, meu agradecimento especial. Vocês foram meu porto seguro, meu apoio incondicional e minha fonte de motivação ao longo desta caminhada. Agradeço por acreditarem em mim, por me incentivarem a buscar o meu melhor e por compreenderem as demandas e sacrifícios que a trajetória acadêmica exigiu.

Por fim, agradeço a todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para a conclusão desta dissertação. Seu apoio, encorajamento e compreensão foram essenciais para que eu pudesse enfrentar os desafios, superar as dificuldades e alcançar este importante marco em minha carreira acadêmica.

“Tudo posso naquele que me fortalece.”

Palavras escritas por Apóstolo Paulo aos cristãos.

Filipenses 4:13

Bíblia Sagrada

RESUMO

O objetivo deste estudo foi analisar a alocação das emendas parlamentares individuais dos deputados federais e senadores de Santa Catarina a partir do seguinte problema de pesquisa: em que medida a conexão partidária e a concentração de votos influenciam a tomada de decisão dos parlamentares na alocação das emendas parlamentares individuais nos municípios de Santa Catarina? Propõe-se uma análise em três etapas: primeiro, um exame detalhado das emendas destinadas aos municípios de Santa Catarina; em segundo lugar, a análise de como os recursos foram destinados para as mesorregiões de Santa Catarina; e, por fim, a base analítica das eleições de 2018 e 2022, com o intuito de avaliar o impacto na reeleição dos parlamentares. A pesquisa utiliza uma abordagem qualitativa com pesquisa e análise documental e uso de estatísticas descritivas. Os achados confirmaram as hipóteses do estudo. Verifica-se que a base eleitoral desempenha um papel relevante na destinação de emendas parlamentares, direcionando-as para as regiões com maior concentração de votos. No entanto, é interessante notar que uma parte considerável dos recursos alocados por meio de emendas é destinada a regiões com menor votação. (Hipótese 1). De fato, os deputados federais e senadores destinam mais emendas aos municípios cujos prefeitos têm a mesma filiação partidária do parlamentar (Hipótese 2). Ao analisar os dados disponíveis, é possível notar uma relação positiva entre a destinação de emendas parlamentares e o aumento do apoio eleitoral no pleito disputado em 2022, porém, não é possível ratificar essa relação com base nas eleições de 2018, nem generalizá-la para outras regiões brasileiras (Hipótese 3). Embora esta pesquisa tenha demonstrado relações significativas entre as variáveis estudadas, é fundamental destacar a importância de pesquisas futuras, especialmente no que diz respeito aos insights da Hipótese 3. Além disso, é necessário aprofundar a análise utilizando metodologias mais robustas e sofisticadas, como modelos econométricos, a fim de obter uma compreensão mais abrangente e aprofundada dos fatores que influenciam os resultados.



Palavras-chaves: distribuição de recursos, emendas parlamentares, orçamento público, Pork Barrel.



ABSTRACT

The objective of this study was to analyze the allocation of individual parliamentary amendments by federal deputies and senators from Santa Catarina based on the following research problem: to what extent does party connection and the concentration of votes influence the decision-making of parliamentarians in the allocation of amendments individual parliamentarians in the municipalities of Santa Catarina? An analysis is proposed in three stages: first, a detailed examination of the amendments intended for the municipalities of Santa Catarina; secondly, the analysis of how resources were allocated to the mesoregions of Santa Catarina; and, finally, the analytical basis of the 2018 and 2022 elections, in order to assess the impact on the reelection of parliamentarians. The research uses a qualitative approach with research and document analysis and the use of descriptive statistics. The findings confirmed the study hypotheses. It appears that the electoral base plays an important role in the allocation of parliamentary amendments, directing them to the regions with the highest concentration of votes. However, it is interesting to note that a considerable part of the resources allocated through amendments is destined to regions with lower votes. (Hypothesis 1). In fact, federal deputies and senators allocate more amendments to municipalities whose mayors have the same party affiliation as the parliamentarian (Hypothesis 2). When analyzing the available data, it is possible to notice a positive relationship between the allocation of parliamentary amendments and the increase in electoral support in the disputed election in 2022, however, it is not possible to ratify this relationship based on the 2018 elections, nor to generalize it to other Brazilian regions (Hypothesis 3). Although this research has demonstrated significant relationships between the variables studied, it is essential to highlight the importance of future research, especially with regard to the insights of Hypothesis 3. In addition, it is necessary to deepen the analysis using more robust and sophisticated methodologies, such as econometric models, in order to obtain a more comprehensive and in-depth understanding of the factors that influence the results.

Keywords: distribution of resources, parliamentary amendments, public budget, pork barrel.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PPA - Plano Plurianual

LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LOA – Lei Orçamentária Anual

CMO - Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

CN - Congresso Nacional

EC - Emenda Constitucional

SC - Santa Catarina

TSE - Tribunal Superior Eleitoral

IIEE - Índice de Impacto Eleitoral da Emendas

IC - Índice de Coextensividade

FECAM - Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina

IDMS - Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável

IDS - Índice de Desenvolvimento Sustentável

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

SNIS - Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento

INCO - Banco da Indústria e Comércio

PRODASEN - Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal

PT - Partido dos Trabalhadores

PMDB - Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PP - Partido Progressista

PDT - Partido Democrático Trabalhista

PTB - Partido Trabalhista Brasileiro

PFL - Partido da Frente Liberal

PSDB - Partido da Social Democracia Brasileira PSOL -Partido Socialismo e Liberdade

PSB - Partido Socialista Brasileiro

PC do B - Partido Comunista do Brasil

PPS - Partido Popular Socialista

DEM - Democratas

PSD - Partido Social Democrático

PRB - Partido Republicano Brasileiro

PR - Partido da República

UDN - União Democrática Nacional

PL - Partido Liberal

PDC - Partido Democrata Cristão

PSC - Partido Social Cristão

PCB - Partido Comunista Brasileiro

PODE - Podemos

PSL - Partido Social Liberal

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1

Estrutura do Pork Barrel Mapa dos distritos eleitorais de Fleischer (1976)

31

Figura 2

Mapa dos distritos eleitorais de Fleischer

34

Figura 3

Mapa de divisão por mesorregião do estado de Santa Catarina

47

Figura 4

Densidade Demográfica do Estado de Santa Catarina

47

Figura 5

Principais atividades econômicas catarinenses (FIESC, 2014)

53

Figura 6

Mapa com dados políticos do estado de Santa Catarina

73

Gráfico 1

Percentual de votos nas mesorregiões e destinação de emendas 2020-2022

72

Gráfico 2

Consolidado de emendas destinadas aos prefeitos do mesmo ou distinto partido ou coligação do parlamentar

74

Gráfico 3

Hélio Costa PRB..

80

Gráfico 4

Daniel Freitas PSL

81

Gráfico 5

Pedro Uczai PT

81

Gráfico 6

Caroline de Toni PSL

82

Gráfico 7

Geovânia de Sá PSDB

83

Gráfico 8

Carlos Chiodini MDB

84

Gráfico 9

Fábio Schiochet PSL

84

Gráfico 10

Ângela Amin PP

85

Gráfico 11

Carmen Zanotto PPS

86

Gráfico 12

Celso Maldaner MDB

86

Gráfico 13

Rodrigo Coelho Peninha MDB

87

Gráfico 14

Darci de Matos PSD

88

Gráfico 15

Gilson Marques NOVO

89

Gráfico 16

Ricardo Guidi PSD

89

Gráfico 17

Rogério Peninha MDB

90

Gráfico 18

Coronel Luiz Armando PSL

91

Gráfico 19

Jorginho Mello PL

92

Gráfico 20

Esperidião Amin

93

Gráfico 21

Emendas empenhadas para as mesorregiões de SC, 2020-2022

94

LISTA DE TABELAS

Tabela 1

Mesorregiões de Santa Catarina e o IDS Médio

.....49

Tabela 2

Posicionamento ideológico dos partidos político

.....54

Tabela 3

Quantidade de municípios e eleitores por mesorregião de SC

.....62

Tabela 4

Votos validos por mesorregião nos pleitos de 2018 e 2022

.....62

Tabela 5

Consolidado dos padrões de dispersão e concentração
dos votos nas eleições de 2018 e 2022

.....67

Tabela 6

Faixas dos Padrões de Dominância das Eleições 2018 e 2022

.....68

Tabela 7

Padrões de dominação nas eleições de 2018 e 2022

.....68

Tabela 8

Índice de Coextensividade conforme alocação de emendas de 2020 a 2022

.....69

Tabela 9

Índice de Coextensividade por padrões combinados de votação dos
parlamentares

.....70

Tabela 10

Eleitores e Partidos Políticos dos Prefeitos por mesorregião de SC

.....73

Tabela 11

Índice de Impacto Eleitoral das Emendas por eleição 2018 e 2022

.....78

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. O REFERENCIAL TEÓRICO.....	24
2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO E A EC n° 86/2015	24
2.2 AS EMENDAS E A POLÍTICA DO TIPO PORK BARREL.....	29
2.3 GEOGRAFIA ELEITORAL NO BRASIL	32
2.4 EMENDAS PARLAMENTARES E CONEXÃO PARTIDÁRIA.....	40
2.5 OS ESTUDOS SOBRE A REELEIÇÃO NO BRASIL	42
3. A METODOLOGIA E AS HIPÓTESES	46
3.1 HIPÓTESES DE ESTUDO.....	53
3.2 DADOS E ANÁLISES.....	55
3.2.1 Emendas Parlamentares empenhadas.....	55
3.2.2 Votos dos parlamentares das eleições 2018 e 2022.....	56
3.2.3 Informações referentes aos partidos políticos e coalizões governamentais.....	56
3.2.4 Dados da Concentração de votos	56
3.2.5 Dados da Conexão Partidária.....	58
3.2.6 Dados do Impacto Eleitoral das Emendas.....	58
3.3 Técnicas para Análise de Dados	59
4. EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS.....	61
4.1 CONCENTRAÇÃO DE VOTOS.....	61
4.2 CONEXÃO PARTIDÁRIA.....	72
5. IMPACTO DAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS.....	77
5.1 Eleições 2018 e 2022	77
6. CONCLUSÃO	97
REFERÊNCIAS.....	101
APÊNDICES	107



1

INTRODUÇÃO

No contexto brasileiro, as políticas distributivas desempenham um papel essencial no orçamento público, visando promover a equidade e reduzir as desigualdades sociais. Dessa maneira, as emendas parlamentares individuais surgem como uma ferramenta significativa. Elas permitem que os parlamentares destinem recursos para projetos específicos em suas regiões de eleitorado, direcionando investimentos para áreas prioritárias e respondendo às necessidades locais.

Vários estudos, como o de Cox e McCubbins (1993), sobre o sistema legislativo nos Estados Unidos e o de Picci e Golden (2007) referente à política do pork barrel na Itália destacam a importância das políticas distributivas e seu papel na obtenção de apoio político e eleitoral. Além disso, pesquisas comparativas, como a de Roberts e Wibbels (1999), sobre a volatilidade eleitoral na América Latina têm explorado as relações entre o pork barrel e as variáveis econômicas, institucionais e estruturais nos sistemas políticos.

As emendas parlamentares são mecanismos pelos quais o Congresso Nacional desempenha seu papel no orçamento da União, conforme estabelecido no art. 166, § 3º, da Constituição Federal de 1988.

Apesar das garantias constitucionais de participação do Executivo e Legislativo, na prática, ocorre um predomínio do Executivo na elaboração e execução do orçamento público brasileiro, resultando na diminuição das prerrogativas orçamentárias do Congresso. Esse enfraquecimento do Legislativo é viabilizado pelo caráter autorizativo do orçamento e, conseqüentemente, pela discricionariedade do Executivo na tomada de decisões sobre sua execução, utilizando as emendas parlamentares como instrumentos de negociação e apoio político.

Adicionalmente, a busca pela aprovação da Emenda à Constituição nº 86/2015 reforça essa perspectiva quando os parlamentares uniram esforços para aprovar, por ampla maioria, um regulamento que assegura e resguarda a implementação de suas emendas individuais. (Bezerra, 2001).

Nesse sentido, a Emenda à Constituição nº 86/2015 estabeleceu a obrigatoriedade da execução orçamentária e financeira das programações das emendas parlamentares individuais no orçamento da União. Essas emendas correspondem a 1,2% da receita corrente líquida do ano anterior e estipulam diretrizes para alocação de recursos na área da Saúde.

Dessa forma, no contexto brasileiro, a utilização das emendas, em sua maioria, é direcionada aos locais de origem dos parlamentares, onde a população contribuiu de maneira significativa para suas eleições. Além de permitirem investimentos relevantes nas áreas beneficiadas, os recursos alocados podem contribuir substancialmente para fortalecer as relações entre os parlamentares e as lideranças políticas locais, respondendo às demandas de seus eleitores.

Em geral, as emendas parlamentares individuais são consideradas recursos que refletem um padrão de comportamento distributivo. A expressão "Pork Barrel" (barril de porco), conforme definido John Ferejohn (1974), é uma política distributivista com benefícios territorialmente localizados, objetivando beneficiar bases eleitorais dos parlamentares autores dessas políticas, e, num sentido prospectivo, maximizar o apoio eleitoral para os próximos pleitos que serão disputados.

No entanto, é possível compreender as preferências e estratégias políticas dos representantes por meio das regras do orçamento brasileiro e suas conexões com outras esferas políticas. Estudos acadêmicos têm mostrado consistentemente que a percepção pública é de que os políticos brasileiros são eleitos através de práticas distributivas no contexto eleitoral (MESQUITA, 2008).

Assim sendo, diversos pesquisadores têm se dedicado ao estudo das emendas parlamentares individuais, explorando diferentes abordagens. Alguns analisaram as percepções de políticos e eleitores sobre o tema (NICOLAU, 2006; AMES, BAKER E RENNÓ, 2008), enquanto outros se concentraram no impacto dessas emendas no desempenho eleitoral (SAMUELS, 1997; AMES, 2003; CARVALHO, 2003; PEREIRA E RENNÓ, 2003; MESQUITA, 2008, 2014; SILVA, 2009, SANFELICE, 2010) e no comportamento dos parlamentares (LIMONGI E FIGUEIREDO, 2005; SANTANA, 2011).

No Brasil, Fleischer (1976) introduziu o tema "a geografia do voto" ao tratar das modalidades centralizada e descentralizada de

votação para deputados federais no estado de Minas Gerais. Posteriormente, Ames (2003) e Carvalho (2003) refinaram o tema ao analisar o conteúdo para incluir representantes de todos os estados do país e vincular as características espaciais da votação aos dispositivos que refletem o comportamento baseado em políticas de cunho distributivas.

As pesquisas que abordam a distribuição geográfica do voto investigam a forma como as emendas parlamentares individuais são alocadas. Ao analisar a geografia do voto, é possível identificar padrões e tendências nas preferências eleitorais em diferentes regiões do país. Os parlamentares, com o objetivo de buscar a reeleição e o apoio dos eleitores, têm interesse em direcionar recursos e benefícios para suas bases eleitorais.

Com esse objetivo, ao analisar o impacto eleitoral das emendas parlamentares, estudos empíricos revelam uma variedade de resultados. Várias pesquisas identificaram um efeito positivo dessas emendas na busca pela reeleição dos parlamentares (AMES, 2003; PEREIRA E RENNÓ, 2007 E SANFELICE, 2010). Essas investigações sugerem que a alocação de recursos para projetos específicos em suas bases eleitorais fortalece o apoio dos eleitores e a reputação política.

Por outro lado, também foram identificados estudos que não encontraram evidências de um impacto eleitoral significativo das emendas parlamentares (SAMUELS, 1997). Além disso, há estudos que apontam para um efeito negativo das emendas parlamentares no apoio eleitoral (MESQUITA, 2008).

Em razão das divergências nos estudos acerca da alocação das emendas parlamentares e do impacto eleitoral, este trabalho propõe uma análise em três etapas. Primeiramente, será realizado um exame detalhado das emendas parlamentares individuais destinadas aos municípios de Santa Catarina. Em seguida, será investigada a destinação dos recursos para as mesorregiões do estado. Por fim, será realizada uma análise da base eleitoral nas eleições de 2018 e 2022, com o objetivo de avaliar a eficácia do pork barrel na reeleição dos parlamentares.

A tese tem três hipóteses de trabalho que serão verificadas. A Hipótese 1 é de que a base eleitoral é um fator que influencia a alocação de emendas parlamentares, uma vez que estas são

direcionadas prioritariamente para as mesorregiões que concentram maior votação. A Hipótese 2 é a de que os deputados federais e senadores têm uma tendência maior de destinar emendas parlamentares aos municípios cujos prefeitos são filiados aos seus partidos em comparação com os demais partidos. A Hipótese 3 é de que a destinação de emendas parlamentares está positivamente relacionada ao aumento do apoio eleitoral dos parlamentares.

Esta pesquisa é de natureza empírica e adota uma abordagem qualitativa fundamentada em levantamento e análise documental, complementada pelo uso de estatísticas descritivas. Embora a estatística descritiva tenha suas limitações, foram empregadas tabelas, gráficos, porcentagens e frequências para apresentar e analisar os dados coletados.

Essas ferramentas visuais serão valiosas para uma compreensão mais aprofundada dos padrões e tendências relacionados à alocação das emendas parlamentares.

O trabalho é composto por quatro capítulos principais, conclusão, bibliografia. No primeiro capítulo, são apresentados e problematizados os principais marcos teóricos da literatura clássica sobre o orçamento público, a EC 86/2015, às emendas parlamentares individuais e o pork barrel, a geografia eleitoral no Brasil, a conexão partidária e os estudos sobre a reeleição no Brasil. Ao final do capítulo, estabelece-se uma base teórica que servirá de referência para a análise empírica nos capítulos seguintes. No segundo capítulo, descreve-se a metodologia da pesquisa, as hipóteses de estudo, a operacionalização das variáveis, as fórmulas, os critérios e as classificações utilizadas. O terceiro capítulo é inteiramente dedicado às emendas parlamentares individuais. Nele, analisam-se as emendas destinadas às mesorregiões de Santa Catarina. As Hipóteses 1 e 2 são verificadas neste capítulo. No quarto capítulo, examinam-se as votações dos deputados federais e senadores nas eleições de 2018 e 2022. Verifica-se a Hipótese 3 relacionada à destinação de emendas parlamentares e o aumento do apoio eleitoral em 2018 e 2022. Por fim, são apresentadas observações conclusivas e indicadas possíveis direções analíticas para futuras pesquisas.



?

2

O REFERENCIAL TEÓRICO

Neste capítulo serão apresentadas as referências teóricas que embasam esta pesquisa. A ideia central extraída de toda a literatura proposta é que a alocação das emendas parlamentares é influenciada pela quantidade de votos recebidos pelos parlamentares e pela conexão partidária. Diversos estudos mostram que os parlamentares têm uma tendência maior de direcionar emendas parlamentares para os municípios vinculados aos seus partidos e que concentram maior votação.

A partir deste argumento central, extrai-se as referências teóricas que são úteis para analisar a hipótese de que a alocação de emendas parlamentares é influenciada pela busca da reeleição, sendo as políticas distributivas, como o pork barrel, uma estratégia utilizada pelos parlamentares para promover sua reputação e popularidade junto aos eleitores, visando garantir o apoio necessário para se manterem no cargo.

A premissa teórica para tal está contida nos padrões da geografia eleitoral desenvolvidos por Ames (2003) e Carvalho (2003), que confirmou a hipótese distributivista, indicando que os deputados têm uma preferência por alocar recursos em áreas onde recebem maior apoio eleitoral.

Inicialmente, será abordado o orçamento público brasileiro e a EC nº 86/2015. Em seguida, os estudos sobre a alocação das emendas parlamentares individuais e as políticas do tipo pork barrel e, em um terceiro momento, teorias que servirão de referência para a análise empírica da geografia eleitoral no Brasil.

2.1 ORÇAMENTO PÚBLICO E A EC nº 86/2015

O orçamento público destaca-se como um dos principais espaços de interação entre os atores políticos por meio dos quais os recursos públicos são alocados. Para o poder executivo, trata-se de garantir a implementação de políticas básicas para o desempenho das funções estatais. As decisões orçamentárias são importantes para os

parlamentares cumprirem seus compromissos políticos e eleitorais (FIGUEIREDO; LIMONGI, 2008).

De acordo com Abrúcio e Loureiro (2005):

O orçamento público é instrumento fundamental de governo, seu principal documento de políticas públicas. Através dele os governantes selecionam prioridades, decidindo como gastar os recursos extraídos da sociedade e como distribuí-los entre diferentes grupos sociais, conforme seu peso ou força política. Portanto, nas decisões orçamentárias os problemas centrais de uma ordem democrática como representação e accountability estão presentes. (ABRÚCIO E LOUREIRO, 2005, p.12)

O Governo utiliza os instrumentos de intervenção que dispõe, como o orçamento público, para desenvolver suas diversas funções:

A função alocativa é determinada pelos serviços e bens demandados pela sociedade, os quais não são adequadamente fornecidos ou atendidos de forma eficiente pelo setor privado. Inerente a esta função orçamentária, está o encargo do Estado promover ajustes na alocação de recursos, podendo atuar diretamente produzindo produtos e serviços ou indiretamente por mecanismos que propiciem condições viabilizadoras da atuação do setor privado.

A segunda função do orçamento, conhecida como função distributiva, tem como objetivo realizar ajustes na distribuição de renda no país. Através dessa função, busca-se equilibrar de forma mais justa a distribuição de renda entre os diversos segmentos da sociedade. Isso implica na implementação de políticas e programas que visam reduzir as desigualdades sociais e promover a inclusão de grupos economicamente menos favorecidos.

Em contrapartida, a função estabilizadora diverge das funções alocativa e distributiva, por não possuir como objetivo a destinação de recursos, mas a necessidade de manter a estabilidade econômica do país. Configura campo de ação da função estabilizadora a manutenção de elevado nível de emprego, estabilidade dos preços, assim como a razoável taxa de crescimento econômico.

No contexto brasileiro, de acordo com Sanches (2007), a Constituição de 1988 introduziu várias alterações significativas nas

normas orçamentárias. Uma dessas mudanças é a obrigatoriedade da elaboração da tríade de leis ordinárias integradas que compõem um processo de planejamento financeiro: o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA). Essas leis devem ser fundamentadas nas metas e prioridades estabelecidas pela LDO.

É na elaboração do orçamento público onde são definidos os objetivos de gastos do Estado e os recursos necessários para o seu financiamento, os quais terão impacto na vida dos cidadãos, podendo ser benéficos ou prejudiciais. (QUEIROZ, 2016, 79 p.43).

O processo orçamentário no Brasil é dinâmico e continuado sendo dividido em quatro fases, conforme o quadro 1:

Quadro 1 – Fases do processo orçamentário no Brasil

Fases	Descrição
Elaboração e apresentação	Relacionada à elaboração de um cronograma de trabalho e de uma proposta a ser enviada para o poder legislativo. Nessa fase, cabe à administração pública diagnosticar problemas e formular soluções e metas. A proposta se concretiza nas Leis Orçamentárias que regem o processo orçamentário: o Plano Plurianual - PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e a Lei Orçamentária Anual - LOA.
Autorização	A função do poder legislativo é aprovar e autorizar as propostas do poder executivo. Nessa fase, as estimativas são revisadas, as soluções propostas são reavaliadas e o plano de trabalho é revisado por meio de emendas.
Planejamento e Execução	1) O orçamento é planejado e executado pela administração pública após autorização do poder legislativo. Nessa fase, a implementação das políticas públicas e o desempenho das funções do Estado estão garantidos.
Avaliação e controle	É a fase de avaliação e controle das contas públicas. Esse processo ocorre simultaneamente com a etapa anterior. O poder legislativo, com o auxílio de seus órgãos subsidiários, julga as contas apresentadas pela administração pública.

Fonte: Elaborado pelo autor com referência a Carvalho (2003)

Na segunda parte do processo, o executivo envia a proposta de lei orçamentária - PLO para aprovação do legislativo, e os representantes alteram o orçamento, elaborando as chamadas emendas parlamentares. Esse instrumento legal é um mecanismo de participação dos representantes do poder legislativo, por meio de emendas à Lei Orçamentária do Ano - LOA, possibilitando uma atuação efetiva na destinação dos recursos públicos. Por meio desse

mecanismo, os parlamentares podem adicionar, excluir ou alterar partes do orçamento.

No âmbito do governo federal, são encontrados quatro tipos de emendas ao orçamento: emenda individual, emenda de bancada, emenda de comissão e emenda da relatoria, conforme apresentado no quadro 2 a seguir:

Quadro 2 - Tipos de emendas ao orçamento público

Emenda	Caracterização
Individual	Proposta de emenda ao orçamento por um parlamentar específico (senador ou deputado).
De bancada	Proposta de emenda ao orçamento por um grupo de parlamentares representando determinada bancada, que pode ser estadual, regional ou temática.
De comissão	Proposta de emenda ao orçamento por uma comissão parlamentar técnicas das casas legislativas.
Da relatoria	Proposta de emenda ao orçamento de autoria do parlamentar designado como relator.

Fonte: senado.leg.br

O conceito de orçamento público foi originalmente desenvolvido como uma ferramenta de controle democrático do poder executivo para evitar sua tributação arbitrária. A partir daí, estabeleceu-se um processo de expansão gradativa da função orçamentária, com o objetivo de assegurar o normal funcionamento do Estado. (SANCHES, 1993).

Antes de 2015, as mudanças propostas pelo Congresso, durante o processo de elaboração do orçamento, eram contingenciadas enquanto parte do plano de gastos, previsto na lei orçamentária, era adiado ou mesmo não implementado devido a inadequações. Nesse sentido, o executivo tinha arbítrio para decidir se a emenda entrava ou não em vigor.

Com isso, muitas vezes outras prioridades governamentais relacionadas às propostas legislativas acabavam sendo ignoradas. Ames, Pereira e Rennó (2011) argumentam que a prerrogativa do executivo de executar essa parte do orçamento concentra ainda mais o controle nas mãos do executivo:

[...] é prerrogativa do poder executivo liberar os recursos orçamentários discricionariamente. Isto, obviamente, coloca munição extra nas já bastante carregadas armas de governo do executivo. Quando se trata de negociar a aprovação de leis no congresso que interessam ao executivo, a execução de emendas orçamentárias é uma importante ferramenta de barganha (AMES; PEREIRA; RENNÓ, 2011, p. 241)

No entanto, é argumentado que a preocupação dos parlamentares com a baixa implementação das emendas individuais levou o poder legislativo federal a aprovar a emenda nº 86, com o objetivo de aumentar a participação do legislativo na formulação do orçamento (GREGGIANIN, 2015).

De acordo com Pascoal (2015), há muitos anos o Congresso Nacional vinha debatendo uma alteração no modelo orçamentário brasileiro para torná-lo obrigatório, ou seja, todas as despesas seriam executadas obrigatoriamente, exceto se houvesse mudanças nas condições técnicas, econômicas, fiscais ou financeiras ao longo do exercício.

Desde o ano 2000, várias propostas de emendas constitucionais foram apresentadas. No entanto, o conteúdo aprovado em 2015 teve como base a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 358-B, oriunda da Câmara dos Deputados. Essa PEC promoveu alterações nos artigos 165, 166 e 168 da Constituição Federal, estabelecendo a obrigatoriedade da execução orçamentária das emendas parlamentares.

Em 2014, o Congresso Nacional reforçou essa obrigatoriedade ao estabelecer no artigo 56 da Lei 13.080, que corresponde à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2015, a execução das emendas parlamentares estabelecidas na LDO 2014. Isso demonstra claramente a intenção legislativa de manter essa parte do orçamento como obrigatória.

Essa intenção foi incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com a aprovação da Emenda Constitucional 86, em 17 de março de 2015 que introduziu novas regras no campo das Finanças Públicas. Isso confere maior autonomia ao Poder Legislativo, uma vez que obriga o Poder Executivo a cumprir as emendas individuais dos parlamentares, de acordo com o que é estabelecido pela legislação.

Conforme mencionado, as emendas parlamentares são objeto de intensos debates na literatura política brasileira. Essa controvérsia levou vários autores a estudarem as relações políticas, o processo de tomada de decisão na alocação desses recursos e os impactos gerados por eles. A próxima seção apresentará alguns estudos relevantes sobre o tema e os resultados alcançados por eles.

2.2 AS EMENDAS E A POLÍTICA DO TIPO PORK BARREL

O estudo sobre o pork barrel, um fenômeno político que envolve a alocação de recursos públicos para projetos específicos visando beneficiar determinados grupos ou regiões, tem sido objeto de análise e pesquisa ao longo das últimas décadas. O livro "Pork Barrel Politics" (1974), de James L. Ferejohn, publicado pela Stanford University Press, é frequentemente citado como um pioneiro nos estudos sobre o pork barrel.

Ferejohn examina o fenômeno do pork barrel nos Estados Unidos, analisando como os membros do Congresso americano utilizam a alocação de recursos para obter apoio político e vantagens eleitorais. Seu trabalho destaca a dinâmica política por trás do pork barrel e os incentivos que os políticos têm para direcionar recursos para seus eleitores.

Após a publicação de "Pork Barrel Politics", outros estudiosos começaram a explorar o tema em diferentes contextos, incluindo o âmbito internacional e o Brasil. No contexto internacional, vários estudos surgiram para analisar o fenômeno do pork barrel em diferentes países e regiões.

Cox e McCubbins (1993) analisam o sistema legislativo nos Estados Unidos. Embora não se concentre especificamente no pork barrel, a pesquisa destaca a importância das políticas distributivas no processo político. Os autores argumentam que os legisladores têm incentivos para aprovar legislação que beneficie suas bases eleitorais e, assim, garantir apoio político e eleitoral. Ainda que o estudo não se aprofunde no pork barrel, suas conclusões fornecem insights sobre a lógica por trás do fenômeno.

O estudo de Picci e Golden (2007), intitulado "Pork Barrel Politics in Postwar Italy, 1953-1994", examina a política do pork barrel na Itália durante o período de 1953 a 1994. Os autores investigam como o pork barrel foi usado como uma estratégia política para obter apoio e reforçar a coalizão governante. Eles demonstram como o uso do pork barrel na Itália estava ligado ao clientelismo e ao sistema

partidário. O estudo destaca a importância das políticas distributivas como uma ferramenta para garantir apoio político e eleitoral no contexto italiano.

Roberts e Wibbels (1999) abordam a volatilidade eleitoral na América Latina. Conquanto não se concentre exclusivamente no pork barrel, a pesquisa explora as relações entre o pork barrel e várias variáveis econômicas, institucionais e estruturais nos sistemas políticos latino-americanos. Os autores investigam como a distribuição de recursos por intermédio do pork barrel pode influenciar a estabilidade política e a volatilidade eleitoral na região.

Esses estudos pioneiros e outras pesquisas subsequentes contribuíram para a compreensão do pork barrel no âmbito internacional e no Brasil, destacando as motivações políticas e os impactos desse fenômeno no processo decisório e na distribuição de recursos públicos.

No Brasil, o fenômeno do "pork barrel" é frequentemente relacionado ao termo "emenda parlamentar", que se refere às modificações feitas por parlamentares em projetos de lei para destinar recursos às suas bases eleitorais. Embora o estudo específico do pork barrel no Brasil seja menos proeminente do que nos Estados Unidos, tem recebido cada vez mais atenção nas últimas décadas.

Alguns estudos sugerem que o modo como o Legislativo brasileiro atua decorre do resultado eleitoral e das relações existentes entre representantes e representados. O sistema eleitoral adotado seria responsável por oferecer incentivos para que fossem elaboradas políticas mais universais ou mais particularistas (BARONE, 2014, p. 30).

A lógica de comportamento dos deputados seguiria, por exemplo, uma conduta que visa à reeleição ou, como no caso brasileiro, objetiva também a maximização da carreira política, ocupando posições de maior destaque (AMES, 2003; CARVALHO, 2003; LAGO, 2010). Por sua vez, essa característica teria como consequência uma fraca organização dos membros dos partidos, já que os representantes agem individualmente com objetivo de atender aos interesses particularistas. Políticas do tipo *pork barrel* seriam, portanto, uma das estratégias utilizadas pelos parlamentares para conquistar uma conexão com seus eleitores.

O termo "pork barrel", adotado nesta tese, refere-se à prática de destinar recursos públicos para beneficiar especificamente os

municípios onde os parlamentares conquistaram uma parcela significativa dos votos nas eleições anteriores. Essa alocação de recursos tem como objetivo aumentar as chances de reeleição dos políticos envolvidos (AMES, 2003).

Na percepção de Brumana (2021), ao optar por dividir adequadamente os recursos conseguidos, o parlamentar consegue prestar à população o acesso eficiente a serviços básicos como educação e saúde e promover adequações e melhorias em segmentos e regiões diversas sem importar o seu percentual de votação em determinadas regiões, assim, cumpre-se a democracia.

Em pensamento completo ao supracitado, Abraham (2017) pontua ainda que, na prática do pork barrel, o que se tem é uma classificação das ações que serão realizadas e o foco dos benefícios que serão promovidos à população, quase sempre é destinado ao público votante de determinado político.

Nesse caso, para que ocorra a consolidação, é necessário que o político tenha consciência de sua concentração de votos. Por estar em um cenário político democrático, essa é uma informação que é de fácil acesso, dada a ação transparente da justiça eleitoral, por isso, Passerotti (2017), ao tentar explicar de que forma o pork barrel se estrutura, apresenta o seguinte esquema da figura 1:

Figura 1: Estruturação do Pork Barrel

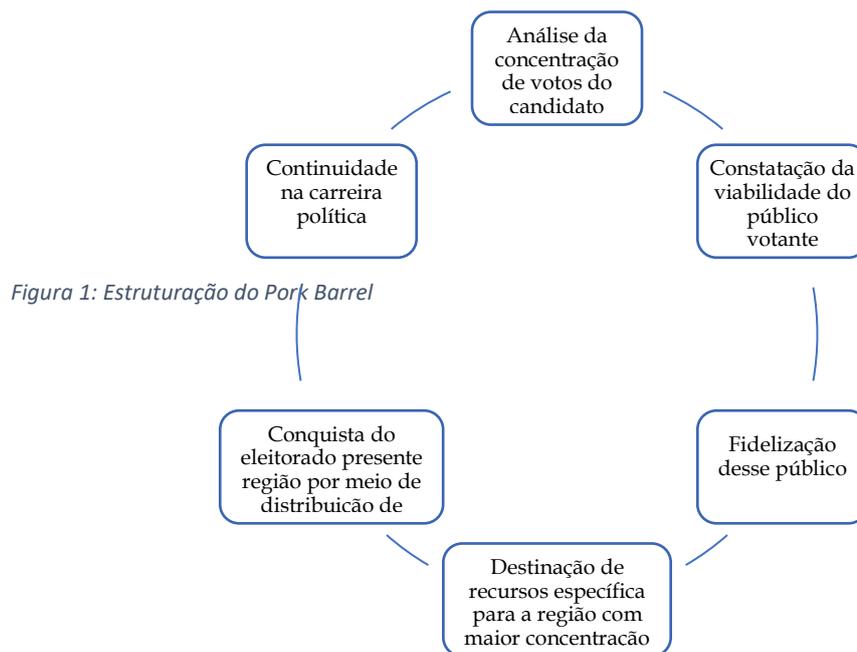


Figura 1: Estruturação do Pork Barrel

Os legisladores direcionam recursos para suas bases eleitorais para conquistar apoio, fortalecer sua posição política e, conseqüentemente, aumentar suas chances de reeleição. Essa prática pode levar a desigualdades na distribuição de recursos públicos, uma vez que as áreas menos representadas ou com menor apoio político podem receber menos investimentos governamentais.

É importante ressaltar que, embora o pork barrel e a alocação de emendas parlamentares individuais possam ter benefícios políticos para os legisladores, também existem preocupações relacionadas à eficiência e à equidade na distribuição de recursos. A concentração de recursos em áreas específicas pode negligenciar necessidades em outras regiões e potencialmente promover práticas clientelistas e corruptas.

Em suma, o pork barrel e as emendas parlamentares individuais estão interligados em um sistema político em que os legisladores utilizam a alocação de recursos para suas bases eleitorais como uma estratégia para obter apoio político e eleitoral. Compreender essa dinâmica é crucial para analisar as práticas políticas e seus impactos na distribuição de recursos e no desenvolvimento regional. A próxima seção apresentará alguns estudos relevantes que exploram a relação entre a geografia do voto e a alocação de emendas parlamentares individuais.

2.3 GEOGRAFIA ELEITORAL NO BRASIL

No Brasil, com o sistema eleitoral proporcional, o candidato para obter votos individuais precisa reforçar suas qualidades com o objetivo de se destacar dos outros concorrentes e dos colegas de partido. O argumento exposto por Nicolau (2006) sugere que o emprego da estratégia individualista ocorre em razão da quantidade de candidatos concorrendo ao mesmo cargo pelos partidos e que, por isso, eles precisam adotar táticas distintas para se diferenciar dos demais e fortalecer os vínculos com eleitores que possuem identificação comunitária/partidária e limitação geográfica da campanha em determinado território (AMES, 2003; NICOLAU, 2002, 2006).

As estratégias municipais de campanha dos deputados brasileiros respondem muito fortemente à dominância política regional, à vulnerabilidade de potenciais municípios alvos à invasão de concorrentes, e às suas próprias trajetórias de carreira. Mas o fato de não fazerem campanha nas comunidades que têm características sociológicas semelhantes às suas bases principais (...) confirma a impressão de que poucos deputados buscam votos com discursos ideológicos (2003, p.125).

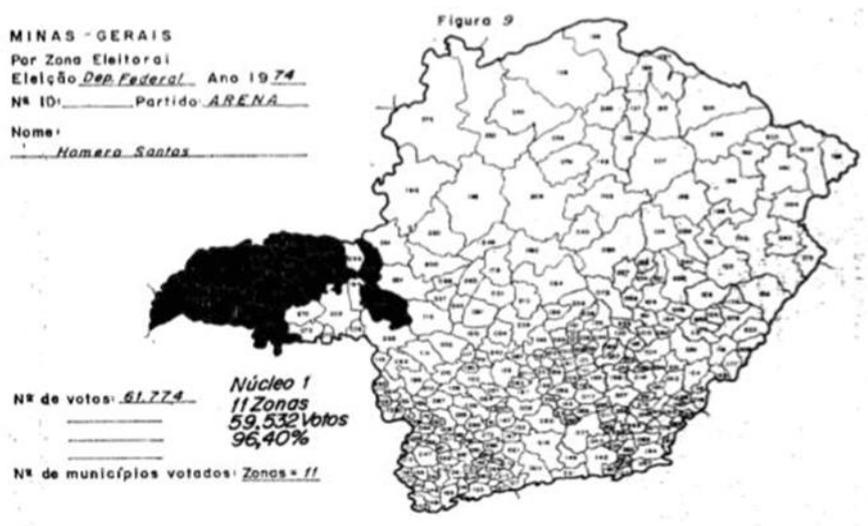
A maneira como estão distribuídos os eleitores entre os municípios do estado pode determinar a estratégia dos candidatos. De acordo com Ames (2003), a maioria deles tende a limitar geograficamente a campanha em certos territórios, isso porque:

As estratégias municipais de campanha dos deputados brasileiros respondem muito fortemente à dominância política regional, à vulnerabilidade de potenciais municípios alvos à invasão de concorrentes, e às suas próprias trajetórias de carreira. Mas o fato de não fazerem campanha nas comunidades que têm características sociológicas semelhantes às suas bases principais (...) confirma a impressão de que poucos deputados buscam votos com discursos ideológicos (2003, p.125).

David Fleischer (1976) foi um dos primeiros estudiosos a abordar a geografia eleitoral dos candidatos a deputado federal, estabelecendo critérios para determinar a concentração ou dispersão dos votos em Minas Gerais.

No estudo de Fleischer, foram utilizados sete indicadores para avaliar a concentração e dispersão dos votos obtidos pelos deputados estaduais e federais em Minas Gerais. Esses indicadores medem o número de territórios nos quais o candidato obteve uma votação superior a 1% e a densidade de votos nessas localidades. O objetivo era analisar como os votos dos candidatos estavam distribuídos geograficamente e identificar padrões de concentração ou dispersão eleitoral.

Figura 2 – Mapa de distritos eleitorais de



Fonte: Fleischer (1976)

Conforme ilustrado na figura 2, a representação dos votos dos deputados revela padrões espaciais que podem ser caracterizados como dispersos e concentrados. A votação concentrada, nesta perspectiva, significa que o parlamentar obteve seus votos em uma área específica do Estado pelo qual concorre, um espaço eleitoral bem delimitado. Do outro lado, a votação dispersa é a que mostra padrão aleatório, que se distribui pelo Estado, sem nicho específico de votação. O método utilizado por Fleischer foi a análise de mapa temático, com divisões por zonas eleitorais, onde o padrão espacial era delimitado pela formação ou não de agrupamentos (clusters) dos votos dos deputados. (FLEISCHER, 1976, p. 17).

No final, o estudo realizado por Fleischer conseguiu embasar tanto a favor de um sistema eleitoral por distritos, quanto contra a distritalização da eleição, além de debater os diferentes tipos de sistemas distritais propostos na época e quais beneficiariam deputados específicos

Após o estudo sobre Minas Gerais, nos finais dos anos 70 e inícios dos anos 80, surgiram trabalhos relevantes que exploraram a relação entre o voto distrital, a representatividade democrática e a composição das bancadas federais.

Aydos (1979) analisou os possíveis benefícios do sistema de voto distrital para fortalecer a democracia no Brasil. Ele investigou como a adoção do voto distrital poderia influenciar a representatividade dos parlamentares, a relação entre eleitores e representantes, bem como a eficiência e accountability do sistema político brasileiro.

Indjaian (1978) concentrou-se na análise da bancada federal paulista eleita pelo Movimento Democrático Brasileiro (MDB) nas eleições de 1978. O autor investigou a composição dessa bancada, a distribuição dos votos obtidos pelos candidatos e a relação entre a representação parlamentar e os padrões eleitorais em São Paulo. Seu estudo ofereceu perspectivas sobre a dinâmica política e eleitoral no maior estado brasileiro naquela época.

Neves (2010), em seu trabalho, destaca que Indjaian foi inovadora ao utilizar uma abordagem que explorou aspectos específicos da composição das bancadas federais, indo além das análises tradicionais. No entanto, sem a informação adicional mencionada, não é possível fornecer mais detalhes sobre a inovação específica introduzida por Indjaian em seu estudo.

Esses trabalhos pioneiros contribuíram para a compreensão da relação entre o sistema eleitoral, a representação política e a composição das bancadas federais no Brasil, abrindo caminho para pesquisas mais aprofundadas nessa área.

Em 1986, Kinzo realizou um estudo significativo sobre a geografia do voto, focando na bancada federal paulista. Seu estudo, intitulado "A bancada federal paulista de 1986: concentração ou dispersão do voto?", inovou ao adaptar o método ao contexto do multipartidarismo, analisando a concentração e dispersão dos votos nas eleições dos deputados federais paulistas em 1986.

Para avaliar a concentração dos votos, Kinzo analisou a proporção de apoio eleitoral conquistado por um deputado, somando os dez municípios que mais contribuíram para sua votação. Se a proporção fosse superior a 70%, a votação era considerada concentrada, enquanto se fosse inferior a 70%, a votação era considerada dispersa. Os principais resultados revelaram não apenas o predomínio, mas também o aumento da dispersão dos votos em comparação com a eleição de 1982. Porém, isso não afetou negativamente a reeleição dos deputados que receberam uma concentração de votos em 1982. Em outras palavras, candidatos com votos concentrados tiveram uma

chance maior de serem reeleitos em comparação com aqueles que tiveram votos dispersos (Kinzo et al., 2003).

Na área de geografia do voto, dois autores amplamente reconhecidos, cujos estudos são bastante comentados e prestigiados, são Barry Ames e Nelson Rojas de Carvalho.

No livro "Entraves da democracia no Brasil", Ames (2003), analisou-se dois padrões espaciais estaduais com base no desempenho dos candidatos em nível municipal. O primeiro padrão é caracterizado pela dominância municipal de um candidato, medido como a porcentagem de votos recebidos pelo candidato em relação ao total de votos para todos os candidatos do partido. O segundo padrão é caracterizado pelo compartilhamento e utiliza uma medida estatística chamada Moran I para analisar a distribuição espacial dos municípios onde o candidato obtém um desempenho positivo.

Ao considerar tanto a dominância municipal quanto a distribuição espacial, Ames desenvolve uma classificação dos padrões estaduais de distribuição espacial. Nessa classificação, ele leva em conta a contiguidade e a concentração ou dispersão dos votos como aspectos horizontais, ao passo que o grau de dominância (alto ou baixo) é considerado um aspecto vertical na construção dessa tipologia.

A tipologia apresentada por Ames (2003) é representada no quadro 3 a seguir:

Quadro 3: Tipologia de Barry Ames (2003)

Tipologia	Características
concentrados-dominantes	Os municípios concentrados-dominantes se referem ao clássico reduto eleitoral brasileiro, onde um deputado exerce domínio sobre um grupo de municípios contíguos. Esses deputados podem pertencer a famílias com longa preeminência econômica ou política em uma região específica. Eles também podem ter iniciado suas carreiras políticas ocupando cargos locais ou ter feito acordos com líderes políticos locais.
concentrados-compartilhados	Os municípios concentrados-compartilhados correspondem às grandes áreas metropolitanas, onde setores específicos do eleitorado têm uma representatividade significativa, capaz de eleger um grande número de deputados por conta própria. Um exemplo desse fenômeno é os deputados que defendem causas relacionadas aos trabalhadores ou ao meio ambiente.

dispersos-compartilhados	Os municípios dispersos-compartilhados são aqueles que elegem deputados de setores do eleitorado que podem não ser numericamente expressivos, mas são bastante fiéis e estão distribuídos por todo o estado. Exemplos desses setores incluem grupos religiosos e comunidades de descendentes de imigrantes.
dispersos-dominantes	Os municípios dispersos-dominantes representam dois tipos de candidatos: aqueles que estabelecem acordos com líderes políticos locais e aqueles que ocuparam cargos na administração estadual, como secretários de Estado, que têm grande potencial de troca de favores e práticas clientelistas.

Fonte: elaborado pelo autor com referência a Ames (2003, p. 65-72).

De acordo com Ames (2003), no contexto brasileiro, as dinâmicas políticas são influenciadas por uma lógica de distribuição de recursos, na qual os políticos são motivados a buscar benefícios tangíveis para garantir apoio político e ganhos pessoais. A concentração de esforços em projetos de obras públicas, direcionados para eleitorados específicos ou para grupos políticos que os apoiam, é um reflexo dessa lógica distributivista.

Assim, é evidenciado pelo autor que os políticos brasileiros têm uma tendência de dar prioridade à obtenção de recursos e projetos que possam beneficiar suas bases eleitorais ou seus aliados políticos, buscando fortalecer sua posição e maximizar seus ganhos pessoais. Essa abordagem distributivista pode ter implicações na alocação de recursos públicos e na implementação de políticas, com possíveis repercussões para a governança e a representatividade no Brasil.

Em consonância com essa linha de pesquisa, Carvalho (2003) adota uma abordagem similar ao explorar os padrões da geografia eleitoral. Inspirado nos estudos prévios de Barry Ames, o autor emprega uma terminologia semelhante para classificar os diferentes tipos de votação dos deputados federais eleitos nos anos de 1994 e 1998. Uma análise é direcionada aos padrões de concentração e dispersão do voto, enquanto outra se concentra na dominância ou falta dela nos municípios.

No que diz respeito à primeira dimensão, contudo, em contraste com Ames, que utiliza a medida de Moran I para avaliar o grau de dispersão espacial, o autor adota o índice de fragmentação de Rae, invertido, para quantificar o nível de concentração e dispersão espacial dos deputados eleitos em 1994 e 1998.

Quanto a concentração ou dispersão, Carvalho (2003), aponta as seguintes alternativas como possibilidades de perfil de votação dos deputados:

- 1) Deputados com Alta Concentração de Votos (índice de fragmentação variando de 1,0 a 4,0, em média conseguem concentrar 65% de seus votos em um único município);
- 2) Deputados com Média Concentração de Votos (índice de fragmentação variando de 4,0 a 7,0, em média conseguem concentrar 40% de seus votos no primeiro município);
- 3) Deputados com Média Dispersão de Votos (índice de fragmentação variando de 7,0 a 11,0, conseguem, no máximo, concentrar 30% de seus votos em um único município);e
- 4) Deputados com Alta Dispersão de Votos (índice de fragmentação maior que 11,0, em média obtêm apenas 15% de seus votos no primeiro município).

Já para calcular os índices de dominância na dimensão de dominância/não dominância, o autor emprega uma fórmula semelhante a Barry Ames (2003). No entanto, não são fornecidos critérios específicos para classificar as categorias de alta dominância, média/baixa dominância e sem dominância. De modo geral, um deputado é considerado dominante em um determinado distrito/município quando recebe a maior quantidade de votos entre os candidatos que concorreram nessa mesma região. Carvalho (2003, p. 100) seleciona os 15 municípios mais relevantes em termos de votação para o deputado e, assim como Ames (2003, p. 64), estabelece o índice de dominância do deputado com base na proporção de votos que ele recebeu em relação ao total de votos atribuídos a todos os candidatos de todos os partidos nesse distrito.

Quadro 4 - Os quatro padrões espaciais, Carvalho (2003)

Padrão	Descrição
Centrados-dominantes	Os deputados que têm redutos eleitorais exercem controle sobre uma região composta por municípios vizinhos, com um município-chave, onde se concentra uma parcela significativa de seus votos. Essa dominação está geralmente associada a uma

	trajetória política estreitamente ligada a esse município em particular. Isso cria um incentivo para adotar uma abordagem paroquial, com foco em estratégias distributivas. Em sua atuação parlamentar, esses deputados priorizam a implementação de ações que beneficiem sua região eleitoral.
Centrados-compartilhad os	A votação concentra-se em áreas com eleitorados numerosos, como capitais e grandes centros urbanos, onde é compartilhada com outros candidatos. Nesses locais, prevalece um eleitorado com opiniões dispersas. Como não é possível dominar completamente esses municípios, a atuação parlamentar se concentra em questões temáticas e corporativas, buscando obter benefícios específicos para determinados grupos.
Dispersos-compartilhad os	A votação é dispersa geograficamente, ocorrendo em locais onde outros candidatos também possuem uma votação significativa. A projeção eleitoral se estende por todo o estado, com pouca dependência de redes políticas locais. O prestígio político é conquistado por meio da ocupação de cargos eletivos ou administrativos de destaque, representando segmentos territoriais dispersos e priorizando suas pautas temáticas.
Dispersos-dominantes	A votação ocorre de forma dispersa em vários municípios, e há um alto grau de dominância média. Essa estratégia é adotada por meio do estabelecimento de redes de apoio e clientelas amplas, sem uma identificação mais profunda com redutos eleitorais específicos. Esse padrão é comum entre parlamentares que tiveram experiência em cargos burocráticos, o que lhes confere o potencial de implementar políticas distributivas.

Fonte: Elaborado pelo autor com referência a Carvalho (2003)

Carvalho (2003, p. 145) também investigou, entre outros aspectos, o tipo de votação recebida pelos candidatos e a relevância que eles atribuíam em levar recursos para suas bases eleitorais.

Os padrões de votação propostos pelo autor possuíam nomenclaturas similares aos de Ames, porém a metodologia utilizada era diferente. Com base nas respostas dos entrevistados, Carvalho (2003) concluiu que os deputados com padrões de distribuição fragmentada dominante e concentrada dominante tendiam a priorizar o particularismo e o pork barrel, pois o domínio desses territórios permitia reivindicar crédito pelos benefícios concedidos a esses redutos eleitorais. Por outro lado, os deputados com distribuição concentrada não-dominante e fragmentada não-dominante consideravam a tomada de posição em relação aos temas

discutidos no Congresso como o atributo mais relevante para conquistar votos.

Mais de dez anos se passaram e vários outros estudiosos abordaram o assunto, explorando diferentes variáveis que poderiam influenciar a tomada de decisão na alocação de emendas. Silva (2009), por exemplo, analisou variáveis de interesse que poderiam afetar o número de emendas propostas pelos deputados federais para cada município de São Paulo durante o período de 1994 a 2002. Além de variáveis políticas e eleitorais, o autor considerou fatores como taxa de mortalidade infantil, renda média per capita, investimento público per capita nas áreas socioeconômicas e fiscais.

Dentre as variáveis estudadas por Silva (2009), aquelas que se mostraram mais relevantes foram a concentração de votos, o partido político do prefeito e a concentração eleitoral. Os resultados encontrados pelo autor diferem um pouco da visão sobre o comportamento parlamentar apresentada por Ames (2003). Segundo Silva, os parlamentares demonstraram uma preocupação em ampliar suas bases eleitorais, direcionando recursos não apenas para regiões onde receberam um grande número de votos, mas também para locais onde os benefícios trazidos pelas emendas pudessem ser reivindicados com mais facilidade.

Nesse contexto, conclui-se que há indícios de que os deputados têm buscado alianças com prefeitos para facilitar a obtenção de crédito pelos benefícios gerados pelas emendas, priorizando, portanto, cidades governadas por prefeitos do mesmo partido ao indicar emendas.

2.4 EMENDAS PARLAMENTARES E CONEXÃO PARTIDÁRIA

De acordo com as pesquisas de Baião e Couto (2017), o argumento central é que os deputados federais têm uma tendência de direcionar recursos primaciais para prefeitos do mesmo partido, independentemente das localidades onde tiveram maior votação antes. Isso vai contra a visão predominante em estudos anteriores, que enfatizam o papel do voto pessoal e da conexão eleitoral como fatores-chave do sistema político brasileiro. Em suma, busca-se fornecer evidências de que o uso estratégico das emendas

individuais na Câmara dos Deputados não apenas revela o comportamento particularista dos deputados federais, mas também indica uma ação coordenada entre os políticos brasileiros dentro dos partidos políticos e em diferentes níveis de governo. Portanto, é possível que a conexão partidária seja mais relevante do que a conexão eleitoral nesse contexto.

Baião e Couto (2017, p. 742) chegaram a uma conclusão ao examinar o efeito das emendas nos resultados eleitorais dos deputados nas eleições de 2006, 2010 e 2014. Eles constataram que as emendas têm um efeito positivo e estatisticamente significativo nas análises, porém não são tão relevantes a ponto de gerar benefícios eleitorais significativos. No mesmo estudo, confirmaram a hipótese de que as emendas têm um efeito maior na esfera eleitoral quando o parlamentar e o prefeito pertencem ao mesmo partido.

Nesse caso, a conexão eleitoral resultante¹ das emendas é mediada pelos prefeitos. Isso explica como os deputados conseguem atribuir méritos pelas emendas no Brasil, mesmo em distritos eleitorais de grande magnitude (2017, p. 742). Além disso, a pesquisa desses autores converge com o trabalho de Barone (2014, p. 121), que revela que os deputados federais beneficiam mais os municípios onde o prefeito é do mesmo partido. Isso não apenas demonstra a importância de outros atores para o sucesso eleitoral, como prefeitos e emendas, mas também evidencia a coordenação partidária no cenário eleitoral (BAIÃO e COUTO, 2017, p. 746).

Dessa forma, o trabalho de Baião & Couto (2017) apresenta evidências robustas que os prefeitos desempenham o papel de intermediários políticos locais, auxiliando o parlamentar a converter recursos das emendas em votos. Esses autores mostram que as emendas têm um efeito eleitoral significativo quando o deputado proponente e o prefeito do município beneficiado são do mesmo partido. Nessa perspectiva, as emendas servem para aumentar a receita das administrações municipais por meio de transferências federais, angariando o apoio de atores políticos com influência local significativa.

¹ A conexão eleitoral aqui apresentada é caracterizada como a dinâmica em que a arena parlamentar exerce influência sobre a arena eleitoral para assegurar votos e reeleição.

2.5 OS ESTUDOS SOBRE A REELEIÇÃO NO BRASIL

Existem poucos estudos que abordam a reeleição de parlamentares no Brasil. Com base nas eleições de 1990, Ames (1995a; 1995b) desenvolve um modelo que utiliza as estratégias eleitorais dos deputados como ponto de partida para explicar os resultados daquele pleito. O autor argumenta que as vantagens eleitorais são muito significativas para os candidatos que conseguiram efetivar transferências de recursos e direcionadas a localidades ou distritos específicos.

Diferentemente das conclusões de Ames (1995a; 1995), Samuels (2000) sustenta que os arranjos político-institucionais no Brasil não são tão favoráveis à reeleição, e que as políticas distributivas, das quais os deputados lançam mão, têm pouco impacto em suas chances de sucesso em eleições futuras. Em contrapartida, o fator mais influente nas chances de reeleição seria o montante dos gastos de campanha, e não o caráter distributivo do mandato do parlamentar.

Já Pereira e Rennó (2001) afirmam que, devido às características institucionais do sistema político brasileiro, os eleitores tendem a valorizar mais os benefícios locais resultantes das ações parlamentares dos deputados do que questões mais amplas do cenário político nacional. Além disso, o estudo mostra que há uma diferença significativa nas chances de reeleição com base nas variáveis de proposição e execução das emendas orçamentárias. Em outras palavras, os dados analisados por Pereira e Rennó (2001) indicam que, para aumentar suas chances de reeleição, não é suficiente para o deputado apenas propor a transferência de benefícios para os municípios de sua base eleitoral; é necessário também que o Executivo efetivamente execute essas propostas e que os benefícios sejam entregues.

Pereira e Rennó (2007) realizaram um estudo posterior, abrangendo dados das eleições de 2002, permitindo uma análise de tendências históricas e uma formulação preliminar de uma teoria da reeleição no Brasil. Com base em sua análise de dados, eles demonstram que os deputados que conseguem liberar mais emendas têm maiores chances de se reeleger, levando-os a concluir que a liberação de emendas é a principal causa da reeleição. No

entanto, será explorado mais adiante, essa relação de causalidade não é clara.

Tomando como base as pesquisas de Ames (2003) e Carvalho (2003), Mesquita (2008) investigou o impacto do uso de emendas parlamentares individuais na busca pela reeleição, bem como outras variáveis que influenciam as chances dos candidatos serem eleitos como Deputados Federais.

A autora argumenta que a relação entre a execução de emendas e o retorno eleitoral não é facilmente compreendida, e a estratégia considerada mais eficaz, que envolve concentrar votos e recursos, está longe de ser comprovada. Isso ocorre porque a maioria das emendas executadas, entre 1995 e 2003, são destinadas aos pequenos municípios, onde reside apenas um terço da população, indicando uma baixa concentração de votos (MESQUITA, 2008, p. 63).

Nas análises, são utilizadas as emendas executadas durante as legislaturas nº 50, 51 e 52 por aqueles candidatos que foram eleitos e seus suplentes. Durante esse período, a autora constata que poucos deputados optaram por não apresentar emendas. Alguns deixam de fazê-lo devido à licença para ocupar outros cargos executivos, enquanto outros renunciam ou são cassados. No entanto, em geral, a maioria dos deputados propõe e valoriza esse recurso (MESQUITA, 2008, p. 39).

A autora realizou testes que envolveram um total de dez variáveis distintas. Essas variáveis abrangiam diferentes aspectos, como o montante de emendas executadas por cada candidato (em reais), o número de deputados titulares, o número de deputados que trocaram de partido durante a legislatura, a proporção do quociente eleitoral conquistado por cada parlamentar na eleição anterior, a posição parlamentar em relação ao governo, entre outros fatores relevantes para a análise. (MESQUITA, 2008, p. 51)

O principal resultado coletado pela autora revelou que a execução de emendas não causa impacto no sucesso eleitoral dos candidatos. Em outra tentativa, desta vez aplicando a regressão linear, o teste indicou relação negativa entre valor executado e aumento de votos (MESQUITA, 2008, p. 61).

Em outra pesquisa, Lago (2010) investigou a conexão eleitoral ao examinar a distribuição de emendas durante duas legislaturas (1999-2002 e 2003-2007) nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio

Grande do Sul. O autor desenvolveu o Índice de Conexão, inspirado no Índice de Coextensividade de Carvalho.

Os resultados também revelaram que os parlamentares com padrões de votação concentrada e dominante destinaram mais recursos para suas bases ao longo de toda a legislatura.

No extremo oposto, estão os parlamentares com votação fragmentada e não-dominante, que compartilharam recursos com municípios que pouco contribuíram, em votos, para a conquista do mandato.

Lago (2010) estudou o envio de emendas durante cada ano de mandato e, assim como Carvalho (2003), verificou que é no primeiro e no segundo ano de mandato que os parlamentares retribuem às suas bases.

Em seguida, o autor argumenta que, nos dois anos seguintes, as emendas se tornam uma estratégia para angariar novos votos, especialmente em municípios anteriormente com pouca relevância eleitoral para os parlamentares, visando à reeleição (LAGO, 2010, p. 236).

Existe uma escassez significativa de estudos que analisam eleições parlamentares consecutivas, o que é crucial para identificar tendências relacionadas a reeleições. Nesse contexto, o objetivo deste trabalho foi contribuir com insights ao investigar o impacto das emendas orçamentárias nas chances de reeleição. O foco específico foi analisar o aumento ou diminuição do número de votos recebidos pelo deputado em duas eleições consecutivas nos municípios beneficiados pelas emendas propostas pelo mesmo parlamentar, levando em consideração a aprovação ou rejeição dessas emendas.



3

3

A METODOLOGIA E AS HIPÓTESES

A análise da pesquisa é o estudo da alocação das emendas parlamentares individuais nos municípios catarinenses, entretanto, é relevante uma breve visão do contexto geográfico, demográfico, socioeconômico e político do estado de Santa Catarina.

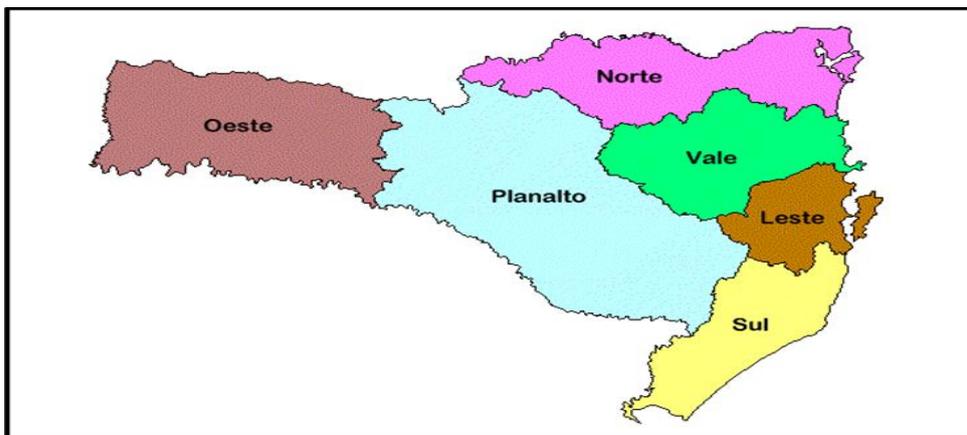
O estado de Santa Catarina é localizado no sul do Brasil, fazendo divisa com o Paraná e o Rio Grande do Sul. Com uma área de aproximadamente 95.346 km², é o sexto menor estado em território do país. No entanto, apesar de seu tamanho relativamente pequeno, Santa Catarina se destaca por sua diversidade geográfica, cultural e econômica.

A geografia do estado é marcada por uma faixa litorânea que se estende por cerca de 561 km, com belas praias, baías e ilhas, sendo Florianópolis a sua capital e principal cidade. A população de Santa Catarina é composta por diversos grupos étnicos, com influência principalmente de imigrantes europeus, como alemães, italianos, poloneses e portugueses.

Santa Catarina, estado que possui 295 municípios, tem como capital Florianópolis. Entre as cidades de maior destaque, estão Joinville, Blumenau, Itajaí, Balneário Camboriú, Chapecó, Criciúma, Lages e Jaraguá do Sul. De acordo com dados do IBGE (2021), o estado de Santa Catarina é composto por mesorregiões e microrregiões.

No mapa adiante, pode se avaliar o posicionamento dessas regiões:

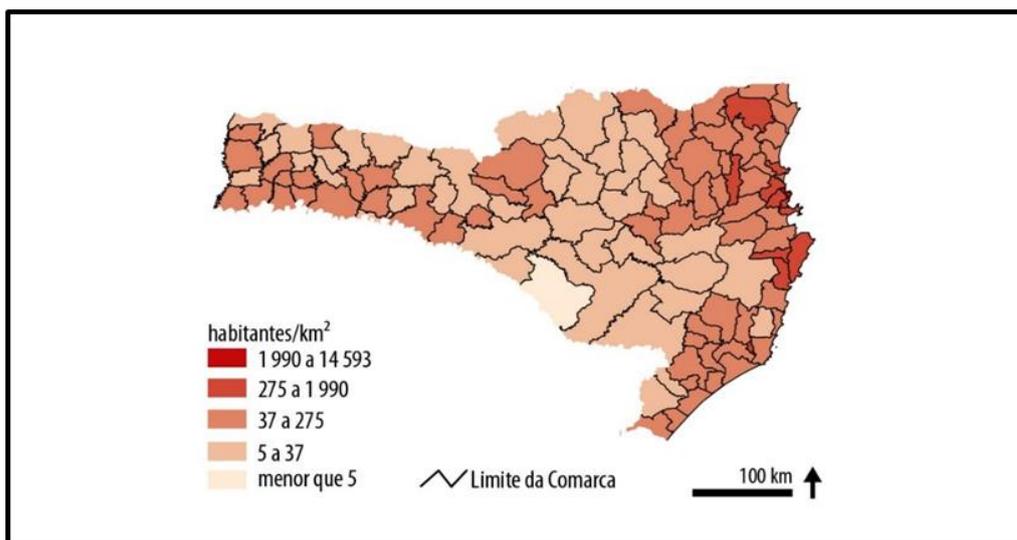
Figura 3: Mapa de divisão por mesorregião do estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE (2021)

Tendo como ponto de referência esse mapa que divide o estado em mesorregiões, passa-se para uma avaliação da sua densidade demográfica, conforme os dados do IBGE (2022) da figura 4.

Figura 4: Densidade Demográfica do Estado de Santa Catarina



Fonte: IBGE (2022)

Sobre o contexto geográfico e demográfico do estado de Santa Catarina pontua-se, que o estado possui um total de 7.609.601 habitantes e densidade demográfica de 79,49 hab/km² (estimativa IBGE, 2022). Na comparação com os outros estados, Santa Catarina é o 8º colocado no ranking brasileiro.

As regiões do Norte, Vale do Itajaí, Grande Florianópolis (Leste) e Sul catarinense, apresentam uma densidade demográfica relevante que varia de 275 a 1990 habitantes por quilômetro e de 1990 a 14.593

habitantes por quilômetro quadrado nas áreas com maior densidade demográfica. O Vale do Itajaí, em Santa Catarina, ostenta o título de ser a mesorregião mais povoada, abrigando mais de 1,5 milhão de pessoas. Essa região se diferencia pelo elevado índice de densidade populacional, contando com uma quantidade de 54 municípios, espalhados por uma extensão territorial pouco superior a 13.000 km².

Considerando esse fator, é importante pontuar que a dinâmica de distribuição dos recursos de emenda parlamentar, quase que naturalmente, se concentram com maior fluxo nessas áreas, uma vez que uma maior quantidade de pessoas demanda uma maior disponibilidade de recursos advindos das emendas parlamentares, tendo em vista a necessidade do estado em prover para essas pessoas o acesso à saúde, à educação, uma boa infraestrutura e demais serviços que se configuram como seus direitos básicos previstos na CF/88.

Tabela 1 – Mesorregiões de Santa Catarina e o IDS Médio

Mesorregião	Número de Municípios	Microrregiões	IDS ² médio
Oeste	118	São Miguel do Oeste Chapecó Xanxerê Joaçaba Concórdia	0,577
Norte	26	Canoinhas São Bento do Sul Joinville	0,612
Serrana (Leste)	30	Curitibanos Campos de Lages	0,550
Vale do Itajaí	54	Rio do Sul Blumenau Itajaí Ituporanga	0,621
Grande Florianópolis (Planalto)	21	Tijucas Florianópolis Tabuleiro	0,613
Sul	46	Tubarão Criciúma Araranguá	0,578

Fonte: elaborada pelo autor

² Índice de Desenvolvimento Sustentável - IDS das mesorregiões de Santa Catarina referentes ao ano de 2020.

Quanto ao contexto socioeconômico é importante destacar que entre os estados do sul, Santa Catarina teve o maior crescimento 15,35% , passando de IDH médio (0,671) no ano de 2000 para Alto (0,774) em 2010 ocupando o 3º lugar no ranking brasileiro.

A FECAM³ - Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina desenvolveu o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável com série histórica dos dados socioeconômicos de 2012 a 2020. O Índice de Desenvolvimento Municipal Sustentável (IDMS) é uma das ferramentas do Sistema de Indicadores, que tem como objetivo avaliar os municípios segundo seu nível de desenvolvimento sustentável, que pode ser analisado a partir do índice geral de Santa Catarina, dos municípios ou dos agrupamentos territoriais. Além disso, essa ferramenta busca auxiliar os agentes públicos a se situar em relação a um cenário futuro desejável e a definir prioridades locais visando à conquista de patamares mais elevados de sustentabilidade e bem-estar social.

Os principais estudiosos das áreas sociais e econômicas têm apontado uma significativa transição de paradigma que representa a mudança de um modelo de desenvolvimento centrado apenas no crescimento econômico para abordagens mais abrangentes, que reconhecem a interdependência entre diversas dimensões que moldam a vida, tais como cultura, direitos sociais, meio ambiente, política e participação social, entre outros.

O objetivo do desenvolvimento sustentável é reconhecer e aproveitar os recursos humanos, naturais, econômicos e culturais de cada região. Quando aplicamos esse conceito ao âmbito local, podemos afirmar que a promoção de um desenvolvimento municipal sustentável deve estar fundamentada na construção das seguintes realidades: equilíbrio ambiental, respeito aos direitos fundamentais dos cidadãos, infraestrutura adequada, economia local equilibrada com ativação dos recursos locais, gestão municipal responsável e transparente, e protagonismo social.

A tabela 1 apresenta o IDS por mesorregiões catarinenses - média dos índices municipais de 2020⁴. As mesorregiões são segmentações

³ <https://indicadores.fecam.org.br/indice/estadual/ano/2023>

⁴ <https://indicadores.fecam.org.br/indice/mesorregioes/ano/2020>

dos estados que agrupam vários municípios de uma região geográfica com características econômicas e sociais semelhantes. Essas divisões foram estabelecidas pelo IBGE e têm finalidades estatísticas e de planejamento público, não representando entidades políticas ou administrativas.

As classificações dos índices e subíndices municipais são as seguintes: alto (para valores iguais ou superiores a 0,875), médio alto (para valores iguais ou superiores a 0,750 e inferiores a 0,875), médio (para valores iguais ou superiores a 0,625 e inferiores a 0,750), médio baixo (para valores iguais ou superiores a 0,500 e inferiores a 0,625) e baixo (para valores inferiores a 0,500). As seis mesorregiões estão classificadas com IDS médio baixo, entretanto, Vale do Itajaí e Grande Florianópolis apresentam índice próximo ao médio, enquanto Serrana e Oeste são os índices mais baixos.

As mesorregiões, de uma forma geral, apresentam a dimensão ambiental com os índices mais baixos nos indicadores (saneamento básico, gestão e preservação ambiental), especialmente as mesorregiões Oeste, Serrana e Sul. Na dimensão econômica as mesorregiões apresentam índice médio baixo no geral, entretanto no indicador (nível de renda) as regiões Serrana, Oeste e Vale do Itajaí apresentam índice baixo. As seis mesorregiões apresentam as dimensões sociocultural e político institucional com índices médios.

Ao considerar o cenário do saneamento básico em Santa Catarina, informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS 2019) revelam que 89,1% dos residentes têm acesso ao fornecimento de água, enquanto apenas 25,1% da população possui acesso à coleta de esgoto. Isso significa que aproximadamente 5,4 milhões de habitantes do estado ainda carecem desse serviço essencial.⁵

Rocha (2017) afirma que Santa Catarina, historicamente em seu processo de formação, foi marcada por disputas acirradas quanto à ocupação das terras. O estado, que tem influência notável de seus colonizadores imigrantes, traz tradições políticas muito bem

⁵ <https://tratabrasil.org.br/>

demarcadas e é conhecidamente o estado mais conservador do país e mais alinhado ao posicionamento ideológico de direita.

Durante o século XX, a política de Santa Catarina foi influenciada por duas famílias com vínculos no antigo Partido Conservador. Uma dessas famílias, originária de uma cidade chamada Lages, tinha conexões com grandes proprietários rurais da região montanhosa. A outra família, proveniente de Itajaí, estava associada ao comércio marítimo e fluvial, à indústria têxtil do Vale do Itajaí e à criação do primeiro banco de crédito estadual, Banco da Indústria e Comércio, que posteriormente foi adquirido pelo Bradesco em 1960. Os dois grupos eram filiados ao Partido Republicano e detiveram o poder executivo estadual por 10 mandatos e também tiveram representação no Senado por oito vezes.

Durante esse período, o governador Adolfo Konder foi deposto pela Aliança Liberal, e Nereu Ramos, que era aliado a Getúlio Vargas, assumiu o cargo. Em 1945, os membros da família Konder Bornhausen passaram a liderar a União Democrática Nacional (UDN), um partido de direita, enquanto os Ramos passaram a liderar o Partido Social Democrático (PSD), um partido de centro-direita. O golpe de 1964 os uniu novamente na Aliança Renovadora Nacional (Arena), com o objetivo de combater a ameaça comunista.

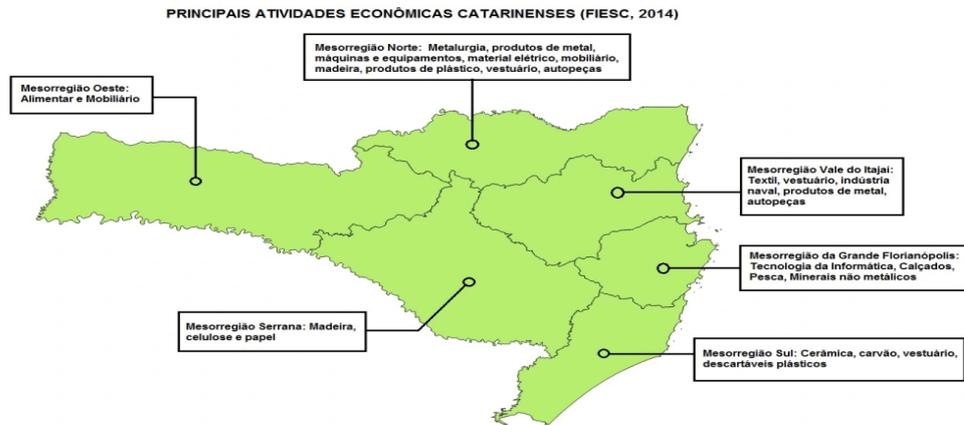
A volta das eleições diretas em 1982 consagrou Esperidião Amin, que já tinha uma relação próxima com a família Konder Bornhausen que foi prefeito de Florianópolis, em 1975, com o apoio deles. Em 1986, Pedro Ivo Campos (PMDB) ganha as eleições e marca a ascensão de uma corrente política de centro, ligada aos opositores do regime militar. Desde a redemocratização em 1982, apenas 20% dos eleitos pelos catarinenses para cargos políticos se posicionaram à esquerda.

Desta forma, a sua formação política segue os ditames expostos dentro do rol democrático nacional e o estado possui e cumpre obrigações e calendário eleitoral semelhante aos outros estados da federação. Desse modo, ratifica-se que a política adotada, dentro do estado de Santa Catarina, é um reflexo da cultura popular que prevalece no meio social.

Conforme a figura 5, o estado também apresenta desenvolvimento comercial notável e suas atividades econômicas, que se concentram nos ramos de extrativismo, pecuária, turismo, agricultura, indústria e pesca, são, em parte, reflexos da cultura de seus colonizadores e são essencialmente contributivas para a formação de

um perfil eleitoral com o alinhamento ideológico predominante conservador.

Figura 5: Principais atividades econômicas catarinenses (FIESC, 2014)⁶



Fonte: Elaborado pelo professor Jesué Graciliano da Silva (IFSC), Santa Catarina - passado e presente, adaptado de FIESC (2014)⁷

Com base no referencial teórico e no contexto geográfico, demográfico, socioeconômico e político do estado de Santa Catarina exposto acima, serão apresentadas na seção seguinte as hipóteses do estudo da alocação das emendas parlamentares individuais nos municípios catarinenses.

3.1 HIPÓTESES DE ESTUDO

A Hipótese 1 (H1) encontra aporte teórico em Ames (2003), Carvalho (2003) e Silva (2009) que busca avaliar se a base eleitoral de um parlamentar é um fator determinante na alocação de emendas parlamentares. A ideia subjacente é que os parlamentares tendem a direcionar suas emendas prioritariamente para as mesorregiões que concentram uma maior votação.

- Hipótese 1 (H1): a base eleitoral é um fator que influencia a alocação de emendas parlamentares, uma vez que estas são direcionadas prioritariamente para as mesorregiões que concentram maior votação.

⁶ <https://fiesc.com.br/pt-br/publicacoes-e-estatisticas/relatorio-anual-2014-0>

⁷ <https://jesuegraciliano.wordpress.com/>

A Hipótese 2 (H2) propõe avaliar se os deputados federais e senadores têm uma tendência maior de destinar emendas parlamentares aos municípios cujos prefeitos são filiados aos seus próprios partidos, em comparação com os municípios cujos prefeitos são filiados a outros partidos. A análise busca investigar se há uma preferência dos parlamentares em direcionar recursos para suas bases eleitorais e correlacionar essa alocação com as filiações partidárias. A referida hipótese encontra aporte teórico em Baião e Couto (2017) e Barone (2014).

Importante destacar que o posicionamento ideológico dos partidos políticos levará em consideração os estudos de Zucco (2011), conforme a tabela 2, a seguir:

Tabela 2: Posicionamento ideológico dos partidos político⁸

Esquerda			Centro			Direita		
PT (1)	PCdoB, PCB, PSB (2)	PDT (3)	PSDB (4)	MDB PSD (05)	PMDB, DEM, PODEMOS, CIDADANIA (6)	PP,	PFL, PDS, PRN, PTB, PL, PDC, PSL NOVO, REPUBLICANOS, PATRIOTAS, PSC (10)	

Fonte: Adaptado pelo autor a partir das pesquisas de POWER; ZUCCO JR. (2009, p. 224).

- Hipótese 2 (H2): os deputados federais e senadores têm uma tendência maior de destinar emendas parlamentares aos municípios cujos prefeitos são filiados aos seus partidos em comparação com os municípios cujos prefeitos pertencem a outros partidos.

Essa terceira hipótese busca avaliar a relação entre a alocação de emendas e o aumento do suporte eleitoral dos legisladores. A ideia subjacente é de que existe uma relação positiva entre esses dois fatores, ou seja, os parlamentares que priorizam suas bases eleitorais, especialmente por meio da alocação de recursos, têm maiores chances de serem reeleitos, pois aumentam ou pelo menos mantêm seus índices de votação nessas áreas eleitorais estratégicas. Encontra-

⁸ Os termos “Esquerda,” “Centro” e “Direita” são meramente ilustrativos, conforme apresentado por Zucco no artigo. De 1 a 3 (esquerda); de 4 a 6 (centro); de 6 a 10 (direita).

se aporte teórico nos estudos de Lago (2010) a partir do Índice de Impacto Eleitoral das Emendas – IIEE adaptado e desenvolvido pelo autor.

- Hipótese 3 (H3): a destinação de emendas parlamentares está positivamente relacionada ao aumento do apoio eleitoral dos parlamentares.

3.2 DADOS E ANÁLISES

Os recursos analisados neste trabalho compreendem:

- Empenho de emendas parlamentares individuais de 2020 a 2022.
- Votos dos parlamentares das eleições 2018 e 2022.

É importante destacar que, para o cálculo do Índice de Impacto Eleitoral das Emendas (IIEE), foram considerados os votos dos deputados federais que foram eleitos em 2014 e concorreram às eleições de 2018, além do empenho das emendas parlamentares individuais realizadas por esses mesmos parlamentares no período entre 2016 e 2018.

3.2.1 Emendas Parlamentares empenhadas

Os dados das emendas parlamentares foram retirados do SIGA, Sistema de Informações sobre Orçamento Federal disponível no link <https://www12.senado.leg.br/orcamento/sigabrasil>, e do Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (PRODASEN) disponíveis no link <http://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/leis-orcamentarias/loa>. Foi realizada a extração dos dados em planilhas do *Microsoft Excel*.

3.2.2 Votos dos parlamentares das eleições 2018 e 2022

Os dados dos votos dos parlamentares de Santa Catarina foram extraídos do site do TSE disponíveis no link <https://www.tse.jus.br/eleicoes/resultados-eleicoes>. O material permite a extração dos dados em planilhas do Microsoft Excel.

3.2.3 Informações referentes aos partidos políticos e coalizões governamentais

Os dados foram acessados pelo banco de dados do CEBRAP pelo link <https://bancodedadoslegislativos.com.br/>

3.2.4 Dados da Concentração de votos

Os dados referentes à concentração de votos e à dominância foram coletados por Carvalho (2003). Carvalho define a "concentração de votos" como uma variável contínua que avalia o peso eleitoral do município onde o parlamentar obteve a maior quantidade de votos, ou seja, indica a proporção dos votos desse parlamentar provenientes de um único município. Por outro lado, a "dominância" é definida como a porcentagem dos votos totais destinados aos membros de todos os partidos.

Segundo Carvalho (2003), os padrões de votação são aqui apresentados sob a forma de índice de Concentração e Índice de Dominância, respectivamente.

O autor definiu o **Índice de Concentração** na seguinte equação:

$$IC = 1/\sum Vi^2$$

onde:

V = voto do candidato na mesorregião i / votos totais do candidato no Estado.

Trata-se, como aponta Carvalho (2003), de uma variação do Índice de Rae invertido.

O autor definiu o **Índice de Dominância** na seguinte equação:

$$ID = \sum [(vi/vm)*(vi/V)]$$

Lê-se:

D = dominância;

v_i = votos do deputado i na mesorregião;

v_m = total de votos na mesorregião;

V = total de votos do deputado no estado.

É importante ressaltar que, ao contrário do método utilizado por Carvalho, que considerou apenas os 15 municípios nos quais o parlamentar obteve a maior votação para calcular o "Índice de Concentração" e o "Índice de Dominância", optou-se por incluir todos os municípios da mesorregião nos quais o parlamentar teve a maior quantidade de votos.

Para avaliar a relação entre votação e destinação de emendas, adotou-se o modelo proposto por Carvalho (2003), que utiliza o **índice de coextensividade (IC)** para medir o grau de correspondência entre a proporção de votos e a proporção de emendas. No entanto, duas modificações foram feitas em relação à fórmula original apresentada pelo autor: (1) em vez dos 15 municípios onde o parlamentar obteve a maior votação, utilizou-se a mesorregião em que o parlamentar obteve a maior proporção do total de votos que o levaram à eleição; (2) seguindo a abordagem adotada por Lago (2010), em vez de utilizar a proporção de emendas em números absolutos, foram considerados os valores monetários em reais alocados na mesorregião mais relevante para o parlamentar.

Para calcular o **Índice de Coextensividade (IC)**, foi adotada a seguinte equação: o percentual do valor total de emendas apresentadas pelo parlamentar em um determinado ano, destinado aos municípios da mesorregião mais relevante para o parlamentar dividido pelo percentual total de votos obtidos pelo deputado no estado nessa mesma mesorregião. Nesse contexto, o IC não se limita a variar apenas entre zero e um (LAGO, 2010)

Desta forma, a classificação dos IC ficam da seguinte forma:

IC = 1: parlamentar têm o percentual de emendas empenhadas na mesorregião mais importante em proporção igual ao percentual de votos recebidos nessa mesma mesorregião.

IC \geq 1: parlamentar têm o percentual de emendas empenhadas na mesorregião mais importante em proporção maior ao percentual de votos recebidos nessa mesma mesorregião.

IC \leq 1: parlamentar têm o percentual de emendas empenhadas na mesorregião mais importante em proporção menor ao percentual de votos recebidos nessa mesma mesorregião..

3.2.5 Dados da Conexão Partidária

Os dados de Conexão Partidária foram baseados nos achados de Baião e Barone (2014), considerando os seguintes variáveis de teste da hipótese 2: a variável dependente são todas as emendas alocadas (empenhadas) que equivale ao volume total de emendas individuais destinadas pelos parlamentares (deputados federais e senadores) no período de 2020 a 2022. A variável independente refere o prefeito ser do partido ou coligado ao partido do parlamentar que destinou a emenda. Buscou-se identificar a relação do volume de emendas parlamentares alocadas por parlamentares aos municípios cujo prefeito é do mesmo partido ou coligação e aos municípios cujo prefeito não é do mesmo partido ou coligação do parlamentar.

3.2.6 Dados do Impacto Eleitoral das Emendas

No estudo realizado, foi utilizado um modelo adaptado da razão de chance entre duas eleições, conhecido como Índice de Impacto Eleitoral das Emendas (IIEE), proposto por Lago (2010). Esse índice permitiu avaliar se a destinação de emendas estava associada ao aumento ou diminuição das chances de o deputado obter votos nos municípios contemplados em relação aos não contemplados.

O autor definiu o Índice de Impacto Eleitoral das Emendas com a seguinte equação:

$$\text{Razão de chance} = p / (1-p) / q / (1-q)$$

Lê-se:

p = proporção de votos na Eleição de 2022 (E2) oriundos de municípios para os quais o deputado destinou emendas; $1-p$ = proporção de votos na E2 oriundos de municípios para os quais o deputado não destinou emendas; $p/(1-p)$ = chance de o deputado obter voto nos municípios para os quais destinou emendas, em relação aos municípios para os quais não destinou emendas, relativo à E2.

q = proporção de votos na Eleição de 2018 (E1) oriundos de municípios para os quais o deputado destinou emendas; $1-q$ = proporção de votos na E1 oriundos de municípios para os quais o deputado não destinou emendas; $q/(1-q)$ = chance de o deputado obter voto nos municípios para os quais destinou emendas, em relação aos municípios para os quais não destinou emenda, relativo à E1.

Conforme definido por Lago (2010), quando o Índice de Impacto Eleitoral das Emendas (IIEE) é igual a 1,0, isso indica que a transferência de recursos das emendas não teve efeito na votação do deputado em ambos os grupos de municípios. Isso significa que a proporção de votos recebidos pelo deputado permaneceu a mesma em ambos os grupos: aqueles que receberam as emendas e aqueles que não receberam. Por outro lado, um IIEE maior que 1,0 indica um impacto positivo da alocação de recursos das emendas na votação do deputado. Isso sugere que a proporção de votos destinados ao deputado aumentou no grupo de municípios que recebeu as emendas. Por fim, um IIEE inferior a 1,0 indica um impacto negativo da alocação de recursos das emendas, resultando em uma diminuição na proporção de votos destinados ao deputado no grupo de municípios que recebeu as emendas.

3.3 Técnicas para Análise de Dados

Esta é uma pesquisa empírica que utiliza uma abordagem qualitativa, baseada em pesquisa e análise documental com uso de estatísticas descritivas, frequências, proporcionalidades, gráficos e tabelas.

O próximo capítulo aborda as emendas parlamentares individuais destinadas aos municípios de Santa Catarina e faz a verificação das duas primeiras hipóteses de estudo, que são relacionadas à concentração de votos e a conexão partidária.



4

4

EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

As emendas parlamentares individuais têm sido objeto de discussões e análises no cenário político brasileiro. Esse instrumento representa uma importante ferramenta de alocação de recursos públicos pelos parlamentares, influenciando diretamente a distribuição de benefícios e investimentos em nível local, regional e nacional. Neste capítulo, será retomada a atenção para o estado de Santa Catarina, analisando a alocação desses recursos nos municípios catarinenses no período de 2020 a 2022. Além disso, será explorada a relação entre a destinação das emendas e as variáveis de conexão partidária e concentração de votos.

Para compreender a destinação das emendas parlamentares individuais em Santa Catarina, serão analisados os empenhos realizados durante o período de 2020 a 2022. Por meio desses registros, será possível identificar os valores destinados a partir do índice de coextensividade, concentração e dominância de votos, conforme Carvalho (2003).

4.1 CONCENTRAÇÃO DE VOTOS

Ao tratar das estratégias eleitorais dos candidatos ao legislativo, o principal componente político analisado pela literatura é o voto. Sem dúvida, compreender a distribuição espacial de eleitores é de grande relevância para a compreensão da alocação de emendas. Neste trabalho, observa-se evidências que indicam que os deputados federais e senadores de SC beneficiam as regiões onde tiveram um bom desempenho eleitoral. Quanto maior o percentual eleitoral da mesorregião para o parlamentar, maiores as chances de ela receber grandes volumes de recursos, contrapartida também foram encontrados achados de destinação de recursos para regiões em que a votação não foi expressiva.

Conforme mencionado anteriormente, os estudos acadêmicos sugerem que as alocações de emendas por parte dos legisladores estão relacionadas à manutenção e construção de redutos eleitorais. A literatura parte do pressuposto de que a distribuição de votos

desempenha um papel decisivo na tomada de decisão dos parlamentares.

Os parlamentares utilizam essa prerrogativa ao propor emendas individuais e coletivas com o intuito de beneficiar os municípios onde obtiveram maior número de votos na eleição anterior, conhecidos como suas bases eleitorais. Essa estratégia visa maximizar suas chances eleitorais futuras (AMES, 2003).

Tabela 3 – Quantidade de municípios e eleitores por mesorregião de SC

Mesorregião	Municípios	Eleitores	% municípios Eleitores
Oeste	118	1.333.708	20%
Norte	26	1.205.162	19%
Serrana	30	376.955	6%
Vale do Itajaí	54	1.563.157	24%
Grande Florianópolis	21	1.073.764	16%
Sul	46	984.746	15%
TOTAL	295	6.534.492	100%

Fonte: Elaborada pelo autor

A tabela 3 apresenta um panorama da quantidade de municípios e o percentual de eleitores por mesorregião. Embora a mesorregião Oeste tenha 118 municípios, a quantidade de eleitores equivale às mesorregiões Norte e Vale do Itajaí.

Tabela 4 - Votos válidos por mesorregião nos pleitos de 2018 e 2022

Parlamentares/ Cargo	Ano/ Partido	Reeleito	Oeste	Norte	Serrana	Vale do Itajaí	Grande Florianópolis	Sul
Jorginho Mello (Senador)	2018 PP	sim deputado federal	250.651 (21%)	224.035 (19%)	76.588 (6%)	277.486 (24%)	176.061 (15%)	174.936 (15%)

	2022 PP concorr eu govern ador SC	(2011- 2019) Eleito Governador SC	545.651 (35%)	195.571 (13%)	137.237 (9%)	279.516 (18%)	63.992 (4%)	353.945 (23%)
Esperidião Amin (Senador)	2018 PSD	sim deputado federal (2011- 2019)	248.994 (20%)	222.469 (18%)	86.545 (7%)	289.843 (24%)	176.196 (14%)	202.017 (17%)
	2022 PSD concorr eu govern ador SC	Senador (2019- 2027)	155.801 (39%)	51.521 (13%)	37.194 (9%)	61.775 (15%)	17.272 (4%)	74.529 (19%)
Caroline de Toni (Deputada Federal)	2018 PSL	sim	68.336 (62%)	9.046 (8%)	3.865 (3%)	13.576 (12%)	10.980 (10%)	3.560 (5%)
	2022 PL		92.357 41%	24.188 (11%)	21.590 (9%)	39.619 (17%)	6.638 (3%)	43.240 (19%)
Coronel Luiz Armando (Deputado Federal)	2018 PSL	não	1.485 (2%)	44.651 (74%)	421 (1%)	6.679 (11%)	3.342 (6%)	3.391 (6%)
	2022 PL		9.865 (18%)	3.664 (6%)	2.913 (5%)	8.811 (16%)	1.650 (3%)	29.021 (52%)
Gilson Marques (Deputado Federal)	2018 NOVO	sim	5.117 (19%)	1.631 (6%)	576 (2%)	17.210 (63%)	1.726 (6%)	1.183 (4%)
	2022 NOVO		29.810 (34%)	19.905 (27%)	5.213 (6%)	11.868 (10%)	4.866 (5%)	16.232 (18%)

Ângela Amin (Deputada Federal)	2018 PP	não	9.779 (11%)	7.696 (9%)	3.794 (4%)	15.479 (18%)	39.931 (46%)	9.510 (11%)
	2022 PP		14.917 (39%)	2.444 (6%)	2.361 (6%)	5.411 (14%)	1.412 (4%)	11.883 (31%)
Ricardo Guidi (Deputado Federal)	2018 PSD	sim	3.842 (6%)	1.108 (2%)	4.025 (6%)	3629 (6%)	2471 (4%)	46.755 (76%)
	2022 PSD		44.455 (60%)	5.676 (8%)	5.209 (7%)	9.845 (13%)	3.769 (5%)	5.112 (7%)
Celso Maldaner (Deputado Federal)	2018 MDB	não (concorreu ao Senado 2022)	62.301 (78%)	3.218 (4%)	7.719 (10%)	2868 (4%)	2172 (3%)	1808 (2%)
	2022 MDB		118.864 (39%)	37.805 (12%)	30.786 (12%)	45.915 (15%)	19.514 (6%)	51.915 (17%)
Daniel Costa (Deputado Federal)	2018 PSL	sim	73.754 (51%)	8.317 (6%)	8.883 (7%)	17.971 (13%)	7.954 (5%)	25.692 (18%)
	2022 PL		15.246 (21%)	11.703 (17%)	7.067 (10%)	14.392 (21%)	3.627 (5%)	17.859 (36%)
Darci de Matos (Deputado Federal)	2018 PSD	não	14.408 (21%)	5.679 (8%)	5.226 (7%)	12.021 (18%)	3.976 (6%)	26.820 (39%)
	2022 PSD		15.246 (26%)	3.985 (7%)	5.088 (9%)	9.863 (17%)	4.935 (9%)	18.448 (32%)
Carlos Alberto (Deputado Federal)	2018 MDB	sim	27.916 (29%)	7.908 (8%)	5.992 (6%)	30.177 (31%)	5.671 (6%)	19.949 (20%)
	2022 MDB		28.414 (35%)	4.702 (6%)	5.180 (7%)	26.394 (33%)	4.612 (6%)	10.787 (13%)
Carmen Emília Zanotto	2018 PPS	sim	20.101 (24%)	41.499 (49%)	4.247 (5%)	5.081 (6%)	5.232 (6%)	8.543 (10%)

(Deputada Federal)	2022 CIDA DANIA		30.401 (35%)	58.434 (73%)	8.484 (11%)	9.463 (12%)	7.593 (9%)	15.763 (20%)
Fabio Schiochet (Deputado Federal)	2018 PSL	sim	20.344 (23%)	5.082 (6%)	2.646 (3%)	38.469 (44%)	2.246 (3%)	18.558 (21%)
	2022 UNIÃO		17.741 (34%)	4.695 (9%)	3.095 (6%)	10.382 (20%)	4.612 (9%)	11.299 (22%)
Giovana de Sá (Deputada Federal)	2018 PSDB	não	50.989 (50%)	7.802 (7%)	7.322 (7%)	14.083 (14%)	6.716 (6%)	15.025 (22%)
	2022 PSDB		45.403 (54%)	6.671 (8%)	6.856 (8%)	11.271 (13%)	3.634 (4%)	10.619 (13%)
Hélio Francisco (Deputado Federal)	2018 PRB	não	84.376 (47%)	8.930 (5%)	6.383 (4%)	18.675 (10%)	2.937 (2%)	58.006 (32%)
	2022 PSD		7.852 (54%)	1.583 (2%)	579 (1%)	2.826 (3%)	4.866 (6%)	16.232 (19%)
Pedro Uczai (Deputado Federal)	2018 PT	sim	53.348 (46%)	10.814 (9%)	11.128 (10%)	18.707 (16%)	5.586 (6%)	15.649 (13%)
	2022 PT		77.580 (45%)	17.655 (10%)	16.086 (9%)	27.591 (16%)	8.828 (5%)	25.791 (15%)
Rodrigo Coelho (Deputado Federal)	2018 PODE	não	8.009 (19%)	2.522 (6%)	1.865 (4%)	4.226 (10%)	1.305 (2%)	25.386 (59%)
	2022 PODE		9.865 (18%)	3.664 (7%)	2.913 (5%)	8.811 (16%)	1.650 (3%)	29.021 (52%)
Rogério Peninha Mendonça	2018 MDB	não (concorr eu ao Senado)	35.971 (46%)	4.432 (6%)	10.131 (13%)	11.810 (7%)	3.924 (5%)	10.657 (13%)

(Deputado Federal)		em 2022)						
--------------------	--	----------	--	--	--	--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do TSE.

Nos dados da Tabela 4, o percentual é proporcional ao número total de votos do candidato no estado para identificar a concentração ou dispersão de votos. É possível identificar deputados federais e senadores com votação concentrada nas mesorregiões, por exemplo, a deputada federal Caroline de Toni nas eleições de 2018 e 2022 apresenta respectivamente 62% e 41% dos votos na mesorregião Oeste. No capítulo 4, será possível identificar que a maior destinação de recursos da parlamentar é para essa mesorregião. O deputado federal Ricardo Guidi nas eleições de 2018 apresenta na mesorregião Sul concentração de 76% dos votos obtidos, nas eleições de 2022 o parlamentar obteve maior concentração de votos na mesorregião Oeste com 60% dos votos recebidos. O deputado federal Celso Maldaner, por um lado, concentra 78% dos votos recebidos na mesorregião Oeste nas eleições de 2018. Por outro lado, nas eleições de 2022, observou-se uma maior fragmentação dos votos nas mesorregiões, sendo que a Oeste representou apenas 39% dos votos recebidos.

Nas eleições de 2022, os deputados federais Hélio Francisco, Geovânia, Angela Amin, Darci Matos, Rodrigo Coelho e Luiz Armando não foram reeleitos. O deputado federal Celso Maldaner concorreu para senador e não obteve êxito. O deputado federal Rogério Peninha não concorreu às eleições em 2022. O Senador Jorginho Mello ganhou as eleições para governador de Santa Catarina. Já o Senador Esperidião Amin, que concorreu para governador de SC, tem a sua legislatura como Senador até 2027.

Para os dados de concentração de votos foi aplicada a equação para medir o Índice de Rae, conforme Carvalho (2003), descrito na metodologia.

É importante destacar que, diferentemente do método utilizado por Carvalho, que considerou apenas os 15 municípios nos quais o parlamentar obteve a maior votação para calcular o "Índice de Concentração", optou-se por incluir todos os municípios da mesorregião nos quais o parlamentar teve a maior quantidade de votos, conforme explicado na metodologia.

Desta forma, os dados apresentados serão analisados conforme a classificação que foi adaptada da seguinte forma:

- 1) Parlamentares com Alta Concentração de Votos (índice de fragmentação variando de 1,0 a 4,0, em média conseguem concentrar 65% de seus votos em uma mesorregião);
- 2) Parlamentares com Média Concentração de Votos (índice de fragmentação variando de 4,0 a 7,0, em média conseguem concentrar 40% de seus votos em uma mesorregião);
- 3) Parlamentares com Média Dispersão de Votos (índice de fragmentação variando de 7,0 a 11,0, conseguem, no máximo, concentrar 30% de seus votos em uma mesorregião);e
- 4) Parlamentares com Alta Dispersão de Votos (índice de fragmentação maior que 11,0, em média obtêm apenas 15% de seus votos em uma mesorregião).

Segue abaixo os percentuais de dispersão e concentração de votos nas eleições de 2018 e 2022.

Tabela 5 - Consolidado dos padrões de dispersão e concentração dos votos nas eleições de 2018 e 2022⁹

Ano	DA	DM	CM	CA	Total de parlamentares
2018	-	17% (03)	50% (09)	33% (06)	100% (18)
2022	-	29% (05)	59% (10)	12% (02)	100% (17)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TSE.

Conforme tabela 5, nas eleições de 2018, ao combinar os percentuais dos parlamentares com votação classificada como Concentração Alta (CA) e Concentração Média (CM) como uma única variável denominada Concentração, observa-se que mais de 83% dos parlamentares se enquadram nessa categoria de votação. Por outro lado, os deputados com votação dispersa representam 17% dos candidatos eleitos. Já em 2022, seguindo o mesmo procedimento, constatou-se que 71% dos parlamentares obtiveram votação

⁹ DA - dispersão alta; DM - dispersão média; CM - Concentração Média; CA - Concentração Alta

concentrada, enquanto 29% dos integrantes da Legislatura tiveram seus votos dispersos pelo estado. A análise acima abordou os padrões de Concentração e Dispersão dos votos dos deputados federais e senadores de Santa Catarina. No entanto, para uma análise mais aprofundada da geografia eleitoral dos parlamentares federais, é necessário levar em consideração a variável Dominância.

Tabela 6 - Faixas dos Padrões de Dominância das Eleições 2018 e 2022

Ano	Média	Desvio Padrão	Sem Dominância	Dominância Baixa	Dominância Média	Dominância Alta
2018	0,032	0,023	ID ≤ 0,009	0,009 < ID ≤ 0,032	0,032 < ID ≤ 0,055	ID > 0,055
2022	0,030	0,023	ID ≤ 0,007	0,007 < ID ≤ 0,030	0,030 < ID ≤ 0,053	ID > 0,053

Fonte: Elaboração do autor.

A distribuição das votações classificadas tendo em vista a Dominância é mais bem visualizada na tabela 7.

Tabela 7 - Padrões de dominação nas eleições de 2018 e 2022¹⁰

Ano	SD	DB	DM	DA	Total de parlamentares
2018	11% (02)	28% (05)	33% (06)	28% (05)	100% (18)
2022	12% (02)	35% (06)	29% (05)	24% (04)	100% (17)

Fonte: Elaboração do autor a partir dos dados do TSE

Destaca-se que, para uma análise contínua da geografia eleitoral dos deputados federais e senadores, é necessário levar em consideração o Índice de Coextensividade (IC) que será apresentado em seguida.

¹⁰ SD - sem dominância; DB - dominância baixa; DM - dominância média; DA - dominância alta

A tabela 8 demonstra o Índice de Coextensividade (IC) da alocação de emendas realizadas em 2020, 2021 e 2022. Como dito, o Índice de Coextensividade proposto por Carvalho (2003) e adaptado por Lago (2010) avalia a relação entre votação e destinação de emendas. É possível medir o grau de congruência entre a proporção de votos e a proporção de emendas.

Para maior compreensão da classificação apresentada na tabela 8, Lago (2010) afirma que quando o IC é igual a 01 (um) significa que houve uma "coerência" total entre a proporção de votos recebidos pelo parlamentar nos municípios da mesorregião e a proporção de recursos destinados a eles por meio das emendas. Por outro lado, um IC inferior a 01 (um) indica que a proporção de recursos destinada aos municípios da mesorregião foi menor do que a proporção de votos recebidos por eles. Por fim, um IC maior que 01 (um) indica que a proporção de recursos transferidos através das emendas para os municípios da mesorregião foi maior do que a proporção de votos obtidos pelo parlamentar nesses mesmos municípios.

Tabela 8: Índice de Coextensividade conforme alocação de emendas de 2020 a 2022

Ano	IC = 1	IC \geq 1	IC \leq 1	Total
2020	40% (08)	36% (09)	24% (01)	100% (18)
2021	51% (11)	34% (06)	25% (01)	100% (18)
2022	22% (04)	29% (07)	49% (07)	100% (18)
Média	44% (08)	39% (07)	17% (03)	100% (18)

Fonte: Elaboração do autor

Os dados identificados do comportamento decisório dos deputados federais e senadores de SC da Tabela 8 corroboram com os estudos apontados por Lago (2010). Os parlamentares demonstram uma preocupação nos dois primeiros anos de atender às suas bases eleitorais e, nos anos subsequentes, em ampliar suas bases com novos votos, enviando recursos não só para as regiões onde obtiveram muitos votos, mas também para locais em que a votação não tenha sido expressiva. Observa-se em 2020 que o **(IC = 1)**, que representa

proporcionalidade entre votos recebidos pelo parlamentar e emendas alocadas, e o **(IC \geq 1)**, que indica maior destinação de emendas para mesorregiões de maior volume de votos, somam 76% do comportamento decisório dos parlamentares. O mesmo comportamento é identificado em 2021 com a destinação de recursos de 85% dos parlamentares para os seus redutos eleitorais. Em 2022, observa-se que 39% dos parlamentares destinaram mais recursos para os municípios das mesorregiões que receberam menos votos.

Outro aspecto relevante a ser investigado é a relação entre a combinação da concentração e dominação de votos e a alocação de emendas parlamentares individuais. A análise buscará identificar se os parlamentares tendem a destinar uma proporção maior de recursos para as mesorregiões de maior concentração e dominação de votos.

Tabela 9: Índice de Coextensividade por padrões combinados de votação dos parlamentares¹¹

Padrão de Votação	IC = 1	IC \geq 1	IC \leq 1	TOTAL
F/ND	33% (01)	34% (01)	33% (01)	100% (03)
F/D	66% (02)	34% (01)	-	100% (03)
C/ND	33% (01)	34% (01)	33% (01)	100% (03)
C/D	44% (04)	44% (04)	12% (01)	100% (09)
TOTAL	38% (08)	38% (07)	24% (03)	100% (18)

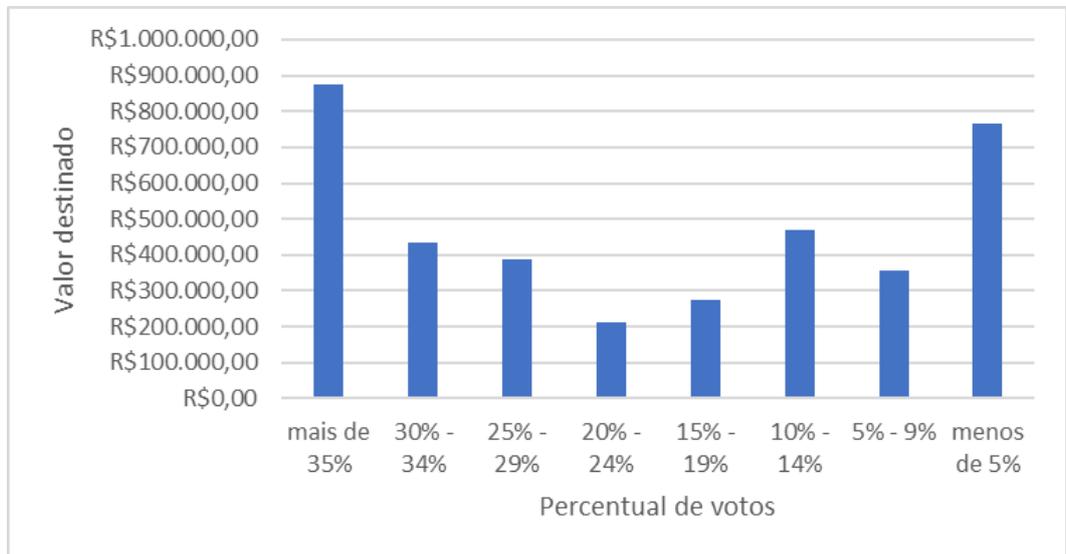
¹¹ F/ND - fragmentado/não-dominante; F/D - fragmentado/dominante; C/ND - concentrado/não-dominante; C/D - concentrado/dominante

Fonte: Elaborado pelo autor

Os dados do Índice de Coextensividade por padrões combinados de votação dos parlamentares da Tabela 9 exibem a relação entre a destinação das emendas nos anos de 2020 a 2022 e os padrões de votação nas eleições de 2018. De fato, uma parcela significativa dos parlamentares que se enquadra nos padrões de dominância direciona uma proporção maior de recursos para suas bases eleitorais. Observa-se que a soma dos parlamentares eleitos com perfil Concentrado/Dominante, que apresentam comportamento em conformidade com o Índice de Concentração (IC = 1) e o Índice de Concentração (IC \geq 1), é de 88%. Esses índices refletem a relação entre os votos recebidos pelo parlamentar e as emendas alocadas, demonstrando que há uma maior destinação de recursos para as mesorregiões com maior volume de votos. Por outro lado, os parlamentares eleitos com perfil Fragmentado/Não Dominante e Concentrado/Não Dominante, representando 33% cada um do total de parlamentares, estão entre aqueles que apresentam um menor retorno em termos de emendas (IC < 1). Isso indica que a proporção de recursos alocados por esses parlamentares é menor do que a proporção de votos recebidos.

Uma análise adicional pode ser realizada com base no Gráfico 1, que apresenta o percentual de votos dos parlamentares nas mesorregiões e os valores de destinação de emendas. Os resultados indicam que os deputados federais e senadores de Santa Catarina têm uma tendência de direcionar um esforço ainda maior para regiões que, além de receberem uma quantidade significativa de votos, também são contempladas com emendas parlamentares, mesmo que o percentual de votação nessas regiões seja relativamente baixo. Foi observada uma destinação expressiva de emendas parlamentares nas mesorregiões em que o parlamentar obteve mais de 35% dos votos válidos, bem como nas regiões em que o percentual de votos válidos foi inferior a 5%.

Gráfico 1 – Percentual de votos nas mesorregiões e destinação de emendas 2020-2022



Fonte: Elaborado pelo autor

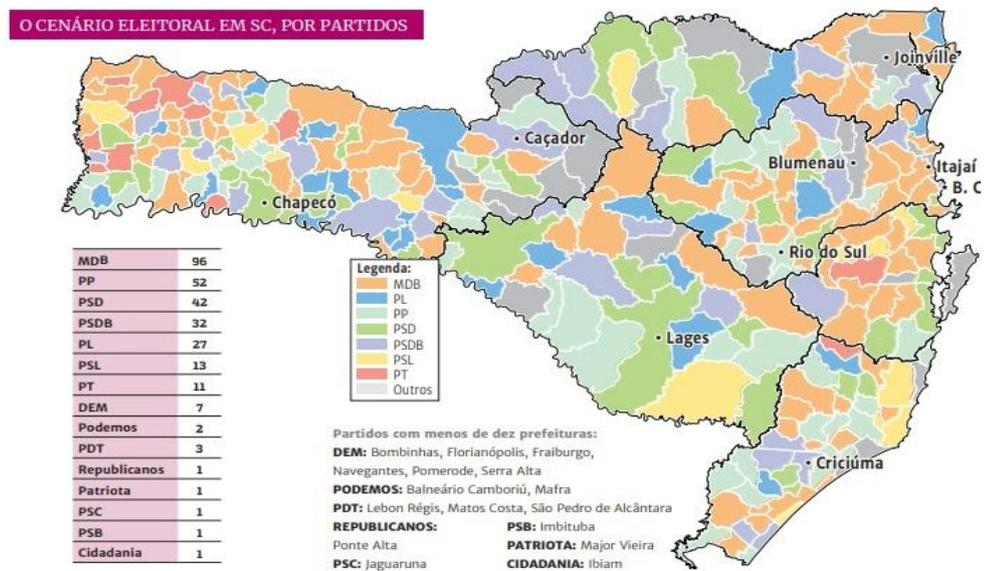
Assim, a primeira hipótese encontra respaldo teórico em Ames (2003) e Carvalho (2003) e foi confirmada pelos estudos realizados. O eleitorado de um parlamentar é um fator determinante na alocação de emendas parlamentares. No entanto, as pesquisas de Lago (2010), os parlamentares também direcionam recursos para municípios que obtiveram um baixo percentual de votos, buscando expandir e conquistar novas áreas de apoio eleitoral. Isso indica que eles direcionam investimentos para regiões onde têm potencial para obter apoio político, mesmo que inicialmente tenham recebido menos votos.

4.2 CONEXÃO PARTIDÁRIA

A variável a ser considerada é a conexão partidária entre os parlamentares e os gestores municipais. Será analisado se existe relação entre a filiação partidária dos parlamentares responsáveis pela destinação das emendas e os gestores municipais beneficiados. E também será exposto se há uma preferência por municípios governados pelo mesmo partido ou coalizão partidária do parlamentar.

Assim, passando ainda para a exposição dos dados apresentados, mostra-se o mapa adiante, que demonstra, de forma detalhada, a concentração política do estado de Santa Catarina, o que permite uma melhor compreensão do que será discutido adiante.

Figura 6: Mapa com dados Políticos do Estado de Santa Catarina



Fonte: atlas, SC IBGE,2020

Tabela 10 – Eleitores e Partidos Políticos dos Prefeitos por mesorregião de SC

Mesorregião	Número eleitores	%	Partidos Políticos dos prefeitos
Oeste	1.333.708	20%	MDB/PL/DEM/PDT/PP/PSD/PSDB/PSL/PT/CIDADANIA
Norte	1.205.162	19%	DEM/MDB/PATRIOTA/PL/PODE/PP/PSD/PSDB/PSL
Serrana	376.955	6%	MDB/PL/PP/PSD/PSDB/PSL/REPUBLICANOS
Vale do Itajaí	1.563.157	24%	DEM/MDB/PL/PODE/PP/PSD/PSL/PTB
Grande Florianópolis	1.073.764	16%	DEM/MDB/PDT/PP/PSD/PSDB/PSL
Sul	984.746	15%	MDB/PL/PP/PSB/PSC/PSD/PSDB/PSL/PT

Fonte: elaboração do autor a partir de dados do TSE

Como discutido em seções anteriores, o partido político do prefeito é tido pela literatura como um fator que influencia no processo

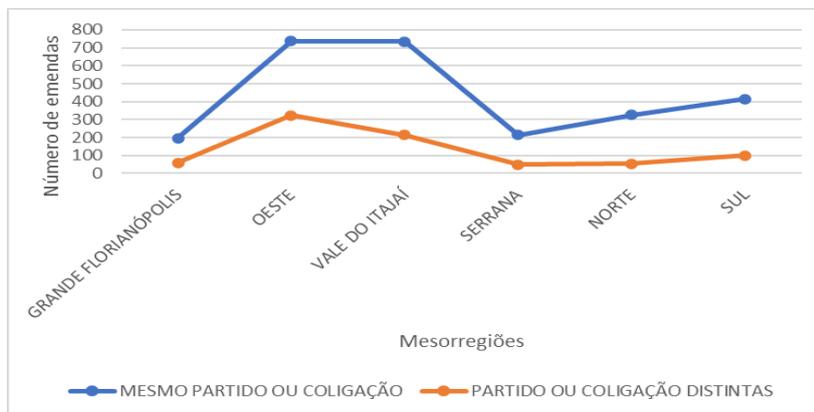
decisório de alocação de recursos orçamentários pelos membros do legislativo. De acordo com essa vertente, os parlamentares privilegiariam os municípios governados pelo partido ao alocar as emendas.

O gráfico 2 indica o comportamento dos deputados federais e senadores de Santa Catarina na alocação dos recursos. É possível observar, por exemplo, que na mesorregião Oeste, 707 emendas empenhadas foram para prefeitos do mesmo partido ou coligação, contra apenas 54 emendas para municípios cujo prefeito é do partido ou coligação da oposição. O gráfico aponta uma discrepância e forte tendência de alocação de emendas para municípios cujo prefeitos são do mesmo partido ou coligação.

O partido do prefeito se mostra relevante na decisão dos deputados federais e senadores. Nota-se que, dos municípios que receberam recursos, aqueles em que os prefeitos são da mesma legenda foram beneficiados com um volume de recursos expressivamente superior.

Nesse sentido, além dos eleitores, os prefeitos também passam a figurar como alvos de recursos do tipo pork barrel, demandando recursos geograficamente localizados para seu município e, em troca, mobilizando votos para o proponente da emenda. As evidências sustentam os argumentos que defendem a existência de uma cooperação partidária como fundamental no sistema político brasileiro e, conseqüentemente, relevante na decisão alocativa dos deputados federais e senadores.

Gráfico 2 – Consolidado de emendas destinadas aos prefeitos do mesmo ou distinto partido ou coligação do parlamentar



Fonte: elaborado pelo autor

Dessa forma, a segunda hipótese (H2), que propõe avaliar se os deputados federais e senadores atingem uma tendência maior de destinar emendas parlamentares aos municípios cujos prefeitos são filiados aos seus próprios partidos, em comparação com os municípios cujos prefeitos são filiados a outros partidos, foi ratificada com os dados e análise da pesquisa.



5



IMPACTO DAS EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS NAS ELEIÇÕES

5.1 Eleições 2018 e 2022

No contexto das eleições de 2018 e 2022 em Santa Catarina, observou-se um cenário político dinâmico e de grande importância para o estado. Além das disputas eleitorais para governador, senadores, deputados federais e deputados estaduais, também surge a relevante questão da relação entre a alocação de emendas parlamentares e o impacto eleitoral nas votações dos parlamentares.

Ao considerar as eleições de 2018 e 2022, torna-se interessante investigar se houve correlação entre a quantidade e a distribuição das emendas parlamentares e os resultados eleitorais. O estudo visa identificar se os parlamentares que direcionaram recursos para determinadas regiões obtiveram um apoio eleitoral mais expressivo nessas áreas. Essa análise proporcionará insights valiosos sobre a influência da alocação de emendas na busca por apoio e sucesso eleitoral.

Neste capítulo, o objetivo é analisar a forma que diferentes estratégias adotadas pelos parlamentares, em relação à distribuição dos recursos de suas emendas individuais ao orçamento, afetam suas chances de reeleição. No capítulo anterior, buscou-se compreender a relação entre o padrão de votação dos deputados federais e senadores de Santa Catarina e a alocação de recursos de emendas orçamentárias. Também foi investigada a influência da conexão partidária na destinação de recursos. Agora, o foco está em especular o impacto dessa atuação, especialmente em relação à distribuição dos recursos das emendas individuais ao orçamento, na obtenção de votos para a reeleição dos deputados na eleição subsequente.

Para tanto, foi utilizado um modelo adaptado da razão de chance entre duas eleições, conhecido como Índice de Impacto Eleitoral das Emendas (IIEE), proposto por Lago (2010). Esse índice permitiu avaliar se a destinação de emendas estava associada ao aumento ou diminuição das chances do parlamentar obter votos nos municípios contemplados em relação aos não contemplados.

Destaca-se a importância de considerar, para o cálculo do Índice de Impacto Eleitoral das Emendas (IIEE), os votos obtidos pelos deputados federais eleitos em 2014, que também concorreram às eleições de 2018. Além disso, foram levados em conta os esforços desses parlamentares ao destinarem emendas parlamentares individuais durante o período entre 2016 e 2018.

A equação utilizada para o cálculo foi descrita na metodologia, e os resultados correspondentes estão apresentados na Tabela 11 a seguir.

Tabela 11: Índice de Impacto Eleitoral das Emendas por eleição 2018 e 2022

ELEIÇÃO	IIEE
2018	0,89
2022	1,01
Média Geral	0,95

Fonte: elaboração do autor, a partir dos dados do TSE

Conforme definido por Lago (2010), os dados da tabela 11 apresentam que, nas eleições de 2018, o índice de Impacto Eleitoral (IIEE) foi de 0,89, ou seja, um IIEE inferior a 1,0, que indica um impacto negativo da alocação de recursos das emendas, resultando em uma diminuição na proporção de votos destinados ao deputado no grupo de municípios que recebeu as emendas no período de 2016 a 2018. Por outro lado, nas eleições de 2022, foi encontrado um IIEE de 1,01 que, por ser maior que 1,0, indica um impacto positivo da alocação das emendas na votação dos parlamentares. Isso sugere que a proporção de votos destinados ao deputado aumentou no grupo de municípios que recebeu as emendas.

Ao analisar a situação, pode-se constatar que as emendas orçamentárias empenhadas estão associadas a um aumento positivo nas votações nos municípios que as receberam em comparação com aqueles que não foram contemplados. Essa evidência sugere que as emendas orçamentárias foram eficazes como ferramentas de influência eleitoral para os deputados federais e senadores de Santa Catarina durante as eleições de 2022. No entanto, essa relação não pôde ser confirmada nas eleições de 2018, em relação às emendas orçamentárias destinadas no período de 2016 a 2018.

Se considerar a média entre as eleições de 2018 e 2022, o Índice de Impacto Eleitoral das Emendas (IIEE) é de 0,95, sendo inferior a 1,0. Isso indica um impacto negativo na alocação de recursos por meio das emendas, resultando em uma diminuição na proporção de votos direcionados aos parlamentares no grupo de municípios que recebeu as emendas durante todo o período analisado.

Além de avaliar o Índice de Impacto Eleitoral (IIEE), foi possível realizar uma análise comparativa entre a votação nas eleições de 2018 e 2022 e a distribuição das emendas de 2020 a 2022 por mesorregião dos deputados federais e senadores de Santa Catarina. Essa comparação permitiu investigar se existe uma relação entre o desempenho eleitoral e a alocação de recursos por região.

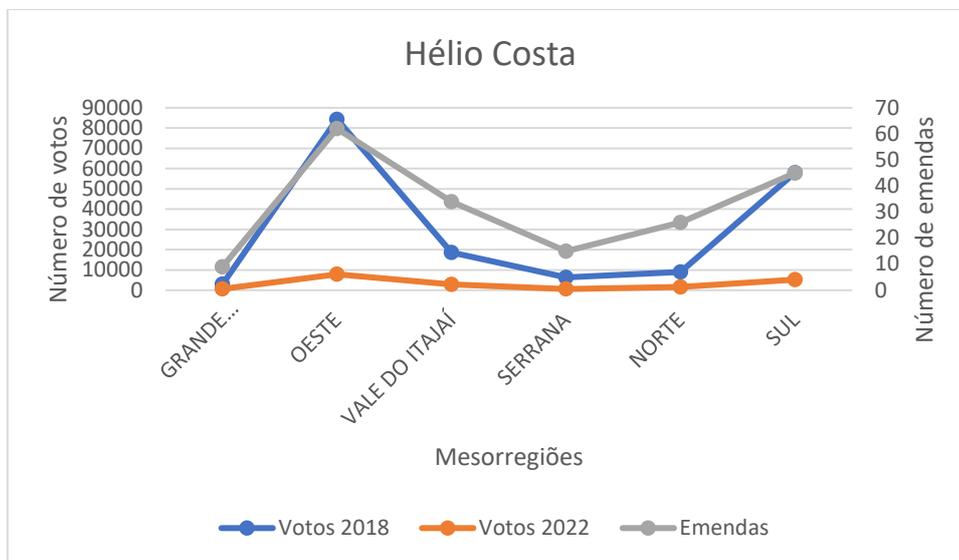
Ao examinar as votações em cada eleição, é possível identificar se ocorreram alterações no apoio eleitoral dos parlamentares em diferentes mesorregiões ao longo do tempo. É possível observar se os candidatos que receberam maior número de votos em determinadas regiões também direcionaram uma quantidade proporcionalmente maior de emendas para essas áreas. Essa análise auxiliará na compreensão da existência de uma conexão entre o suporte eleitoral e a alocação de recursos por parte dos parlamentares.

A comparação entre a votação e a alocação de emendas por mesorregião também permite revelar se certas regiões recebem uma proporção maior de recursos em relação à sua representação eleitoral, o que pode indicar estratégias políticas de fortalecimento de bases locais. Além disso, é possível verificar se os recursos são distribuídos de forma equitativa por todas as mesorregiões ou se algumas regiões são privilegiadas em detrimento de outras.

Dessa forma, são apresentados a seguir os gráficos comparativos de cada deputado federal e senador de Santa Catarina. Por meio desses gráficos, é possível explorar visualmente as variações no desempenho eleitoral ao longo do tempo e observar como esses parlamentares se posicionaram em relação à alocação de recursos. Os gráficos fornecem informações interessantes sobre as estratégias políticas adotadas por cada representante na busca por apoio e influência eleitoral.

Por meio da análise dos dados coletados no portal SIGA Brasil, é possível obter as informações preliminares referentes ao deputado federal Hélio Costa, do PRB. O gráfico 3 apresenta a alocação de recursos realizada pelo deputado de 2020 a 2022, além dos resultados de votação nas eleições de 2018 e 2022.

Gráfico 3: Hélio Costa (PRB)

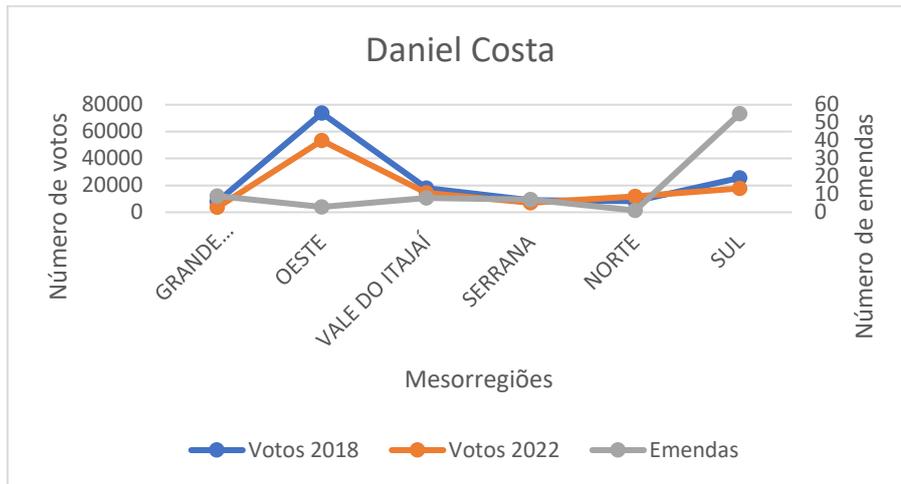


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Com base nas informações do SIGA e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), verifica-se que o deputado federal Hélio Costa registrou uma votação expressiva na mesorregião Oeste e Sul durante as eleições de 2018, refletindo um sólido apoio eleitoral dos municípios dessas regiões. Notavelmente, o parlamentar direcionou a maior quantidade de emendas para as regiões Oeste e Sul. No entanto, apesar de ter destinado emendas orçamentárias para todas as mesorregiões, com maior enfoque nas regiões Oeste e Sul, o deputado não obteve sucesso em sua tentativa de reeleição em 2022.

Observadas as informações sobre esse primeiro deputado, passa-se a então a avaliação do deputado federal Daniel de Freitas do PSL, pode se observar no gráfico a seguir que:

Gráfico 4: Daniel Freitas (PSL)

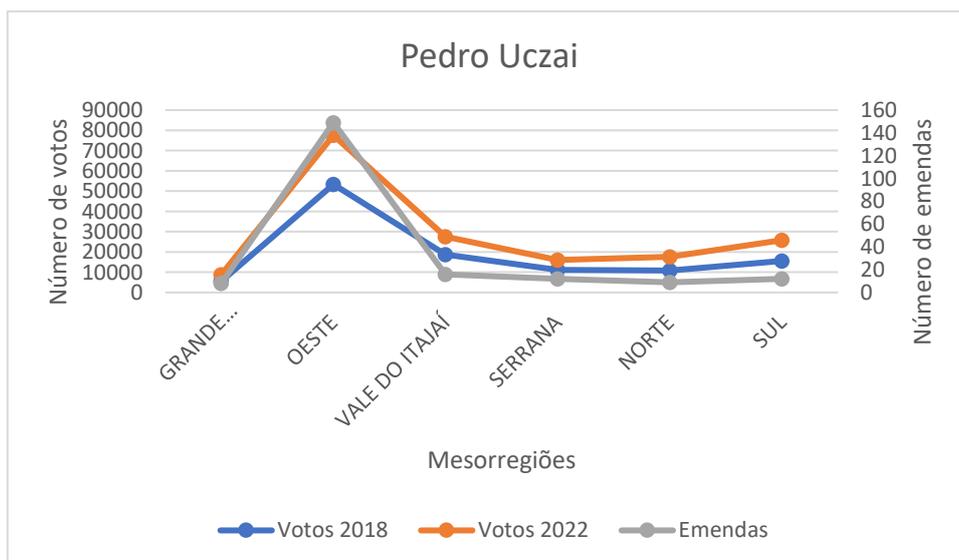


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

De acordo com os dados do SIGA e TSE, o deputado federal Daniel obteve uma votação expressiva tanto nas eleições de 2018 como em 2022, na mesorregião Oeste, contando com um sólido apoio eleitoral dos municípios dessa região. No entanto, as destinações de emendas parlamentares não foram direcionadas para o próprio Oeste, mas sim para a região Sul, entretanto, sem impacto significativo na quantidade de votos nessa região.

Indo à apresentação dos dados referentes ao deputado federal Pedro Uczai do PT, pode se observar, no gráfico 5, as informações referentes à suas emendas parlamentares:

Gráfico 5: Pedro Uczai (PT)



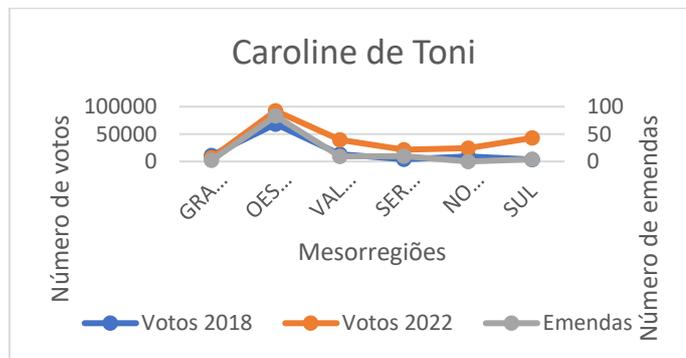
Fonte:SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Com base nos dados do SIGA e TSE, foi constatado que o deputado federal Pedro Uczai conquistou uma votação expressiva tanto nas eleições de 2018 como em 2022 na mesorregião Oeste, contando com um apoio eleitoral sólido dos municípios dessa região. O parlamentar direcionou a maior quantidade de emendas para o Oeste.

É relevante ressaltar, de acordo com o mapa das eleições disponibilizado pela Justiça Eleitoral, que a região Oeste de Santa Catarina possui uma influência do Partido dos Trabalhadores (PT), partido que o deputado Pedro Uczai é filiado. Conseqüentemente, essa região apresenta a maior concentração de votos para o deputado.

Indo então ao resultado da deputada federal Caroline de Toni do PSL, pode se observar no gráfico 6 a seguir as seguintes informações.

Gráfico 6: Caroline de Toni (PSL)

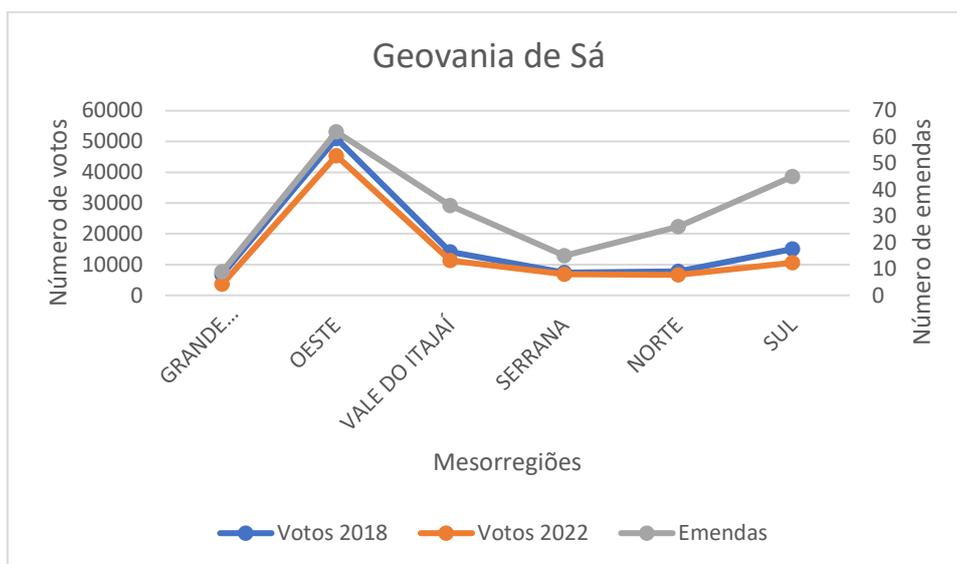


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Na análise dos dados da deputada federal Caroline de Toni, constata-se que, de acordo com as informações disponíveis no TSE, ela obteve uma votação expressiva tanto nas eleições de 2018 quanto em 2022 na mesorregião Oeste, contando com um sólido apoio eleitoral dos municípios dessa região. A parlamentar direcionou a maior quantidade de emendas para o Oeste.

Passando então à análise dos dados referentes à deputada federal Geovânia de Sá do PSDB, avalia-se conforme o gráfico adiante exposto que:

Gráfico 7: Geovânia de Sá (PSDB)



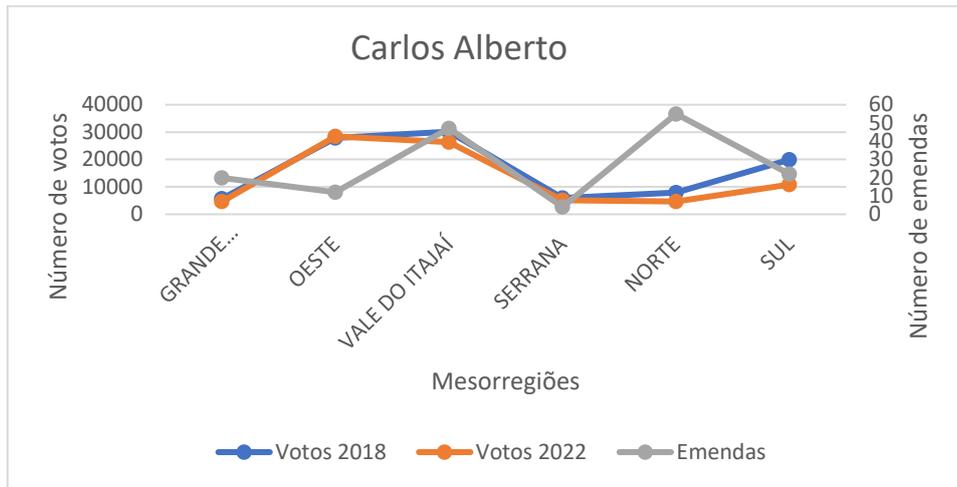
Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Ao examinar as informações referentes aos repasses de emendas parlamentares da deputada federal Geovânia de Sá, é possível observar que ela conquistou uma votação expressiva tanto nas eleições de 2018 quanto em 2022 na mesorregião Oeste, contando com um sólido apoio eleitoral dos municípios dessa região. É relevante notar que a deputada concentra a distribuição de recursos principalmente nas regiões oeste, no Vale do Itajaí e na região sul.

A alocação de recursos em áreas específicas indica uma estratégia política direcionada às regiões onde a deputada Geovânia de Sá busca fortalecer o apoio eleitoral.

Dando continuação à essa análise, passa-se para os dados referentes ao deputado federal Carlos Chiodini, do MDB, onde se observa os recursos conseguidos por ele, expostos no gráfico 8:

Gráfico 8: Carlos Chiodini (MDB)

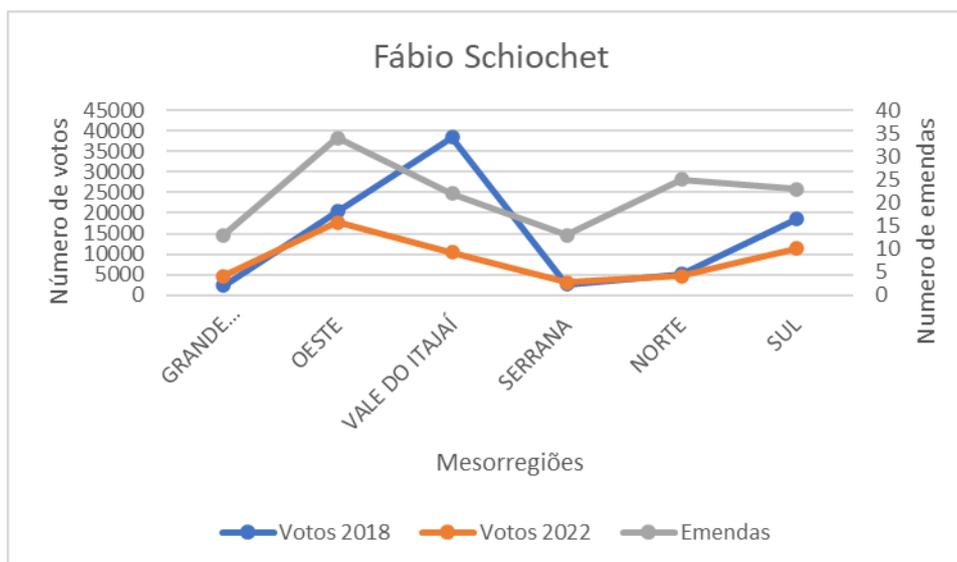


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Durante o mandato do deputado federal Carlos Chiodini do MDB, identifica-se que seus recursos foram direcionados, em maior quantidade, para atender aos moradores da região norte catarinense. É importante ressaltar que essa região não é aquela em que o deputado obteve a maior prevalência de votos. Além disso, o deputado também direcionou recursos para a mesorregião do Vale do Itajaí, em linha com a equivalência de votos nesta região.

Continuando com as análises, no gráfico 9 são mostradas as ações do deputado federal Fábio Schiochet, do PSL, nas quais é possível observar:

Gráfico 9: Fábio Schiochet (PSL)

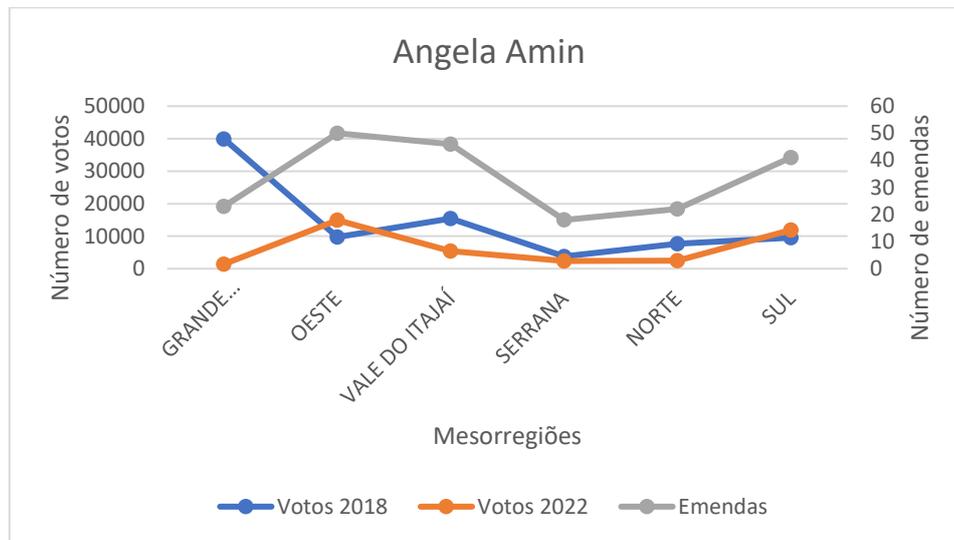


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Ao analisar o gráfico 9, observa-se que durante o mandato do deputado Fábio Schiochet, ocorreu uma distribuição significativa das emendas parlamentares, concentrando-se principalmente nas regiões sul, norte e oeste de Santa Catarina. No entanto, é relevante notar que também houve atenção às regiões com menor densidade demográfica e votação ao longo do mandato do deputado.

Indo ao gráfico 10, avalia-se os dados referentes ao repasse de verbas da deputada federal Ângela Amin do PP, em que se pode se observar:

Gráfico 10: Angela Amin (PP)

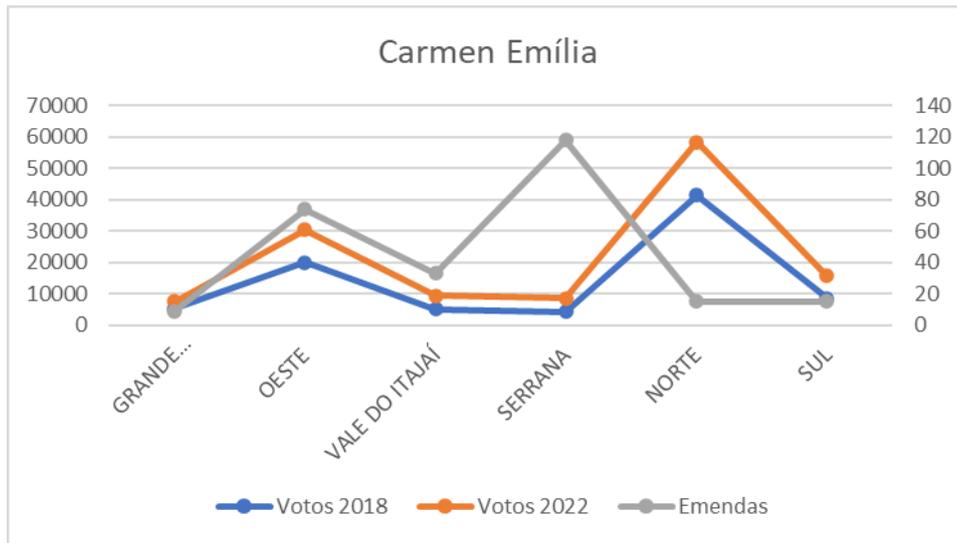


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Durante o mandato da deputada Angela Amin, foi destinado recursos, em sua maioria, para as regiões Oeste, Vale e Sul. Houve também alocação de recursos para Grande Florianópolis, Serrana e Norte. É importante ressaltar que a região em que a deputada obteve uma votação expressiva em 2018 foi a Grande Florianópolis, seguida pelo Vale do Itajaí. Entretanto, nas eleições de 2022, a deputada não foi reeleita, sofrendo uma significativa redução de votos em todas as mesorregiões de Santa Catarina.

Indo então ao gráfico 11, que avalia a distribuição de emendas da deputada Carmem Emília Zanotto, do PPS, pode-se constatar que:

Gráfico 11: Carmen Emília Zanotto (PPS)

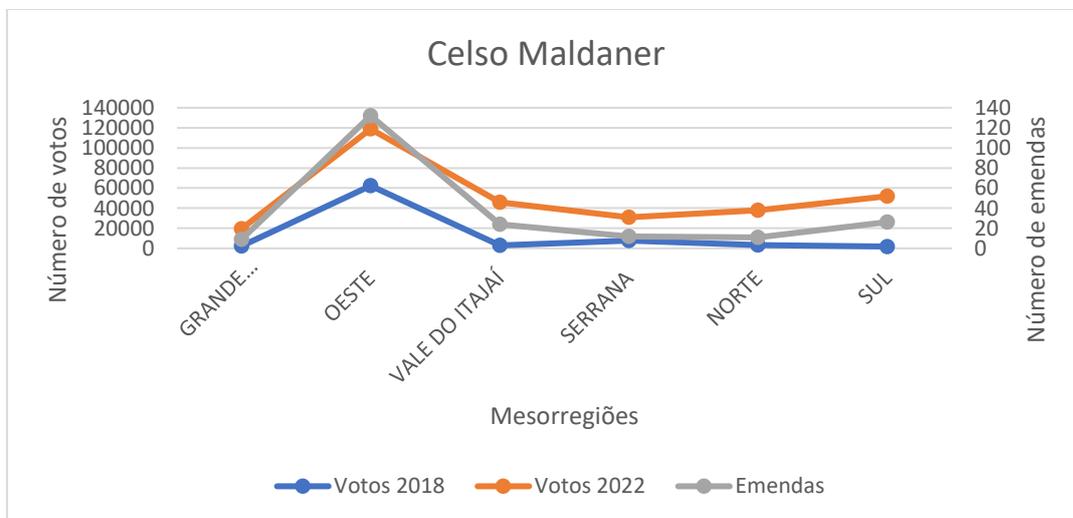


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

No caso da deputada federal Carmen Emília Zanotto, do PPS, observa-se uma votação expressiva tanto em 2018 quanto em 2022, bem como uma destinação de emendas parlamentares nas mesorregiões Oeste e Norte. É interessante notar que a deputada também destinou emendas para a região Serraana, embora sua votação nessa região tenha sido inexpressiva.

Partindo para a análise de mais um candidato, tem-se o caso do deputado Celso Maldaner, do MDB, que se pode observar os seus dados expostos no gráfico 12 que mostram:

Gráfico 12: Celso Maldaner (MDB)

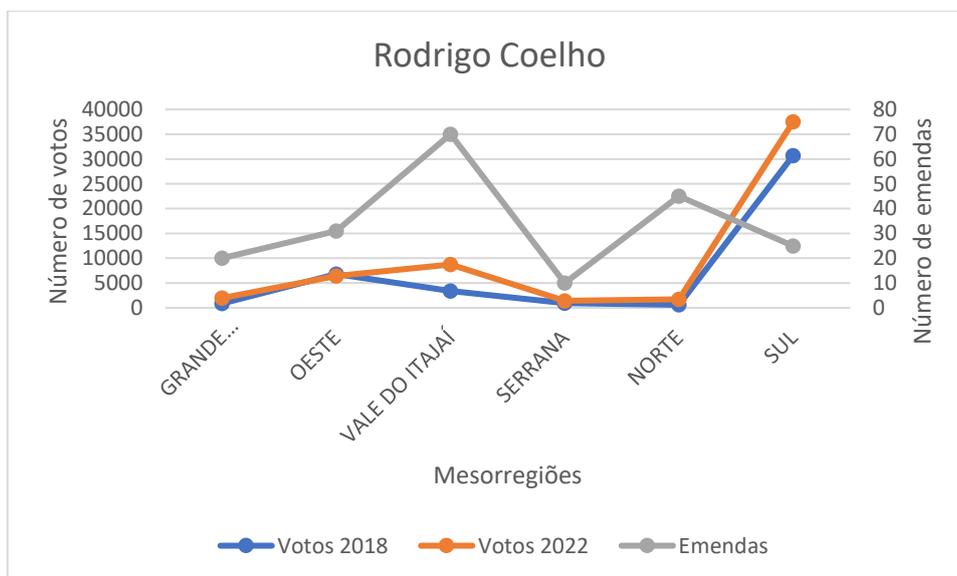


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

No caso do deputado Celso Maldaner, é observado que há uma alocação significativa de emendas parlamentares na região oeste, onde o deputado possui uma maior concentração de votos. Contudo, é importante ressaltar que o deputado também destinou recursos para as demais mesorregiões, de acordo com a votação que recebeu nessas regiões. Além disso, houve um relativo aumento na votação do deputado nessas mesmas regiões durante as eleições de 2022. Isso indica uma resposta positiva por parte dos eleitores e evidencia os esforços do deputado em ampliar seu apoio em diferentes regiões do estado.

Partindo então para o próximo deputado, Rodrigo Coelho, também do MDB, que tem seus dados apresentados no gráfico 13.

Gráfico 13: Rodrigo Coelho (MDB)

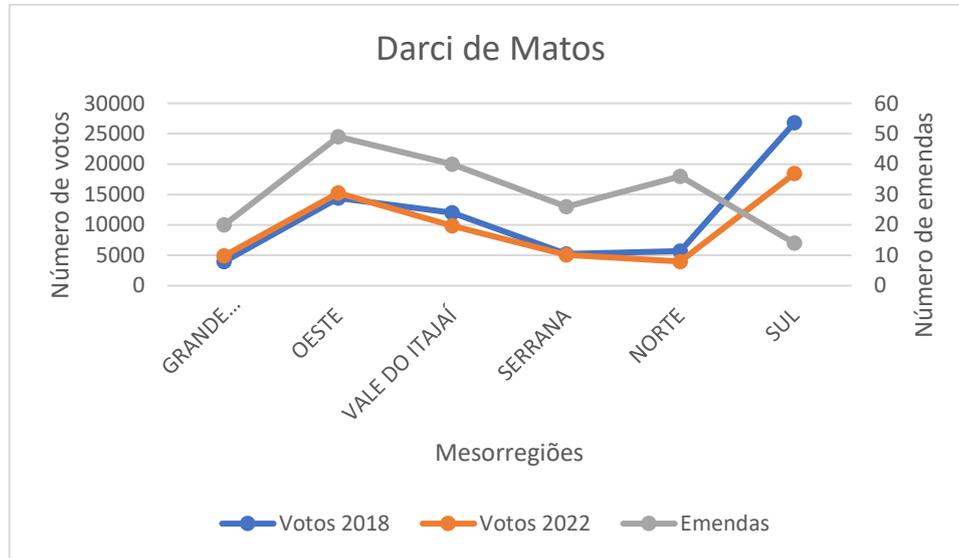


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Ao analisar os dados disponíveis, pode-se observar que o deputado Rodrigo Coelho possui uma distribuição de recursos direcionada principalmente para as mesorregiões do Vale e do Norte catarinense, mesmo que essas não sejam as regiões em que obteve a maior votação. É interessante notar que também houve alocação de recursos para a mesorregião Sul, onde o deputado conquistou a maior concentração de votos nas eleições de 2018 e 2022.

Com isso, passa-se para o gráfico 14, onde se avalia o repasse de recursos provenientes de emendas parlamentares, distribuídos pelo deputado Darci de Matos, do PSD.

Gráfico 14: Darci de Matos (PSD)

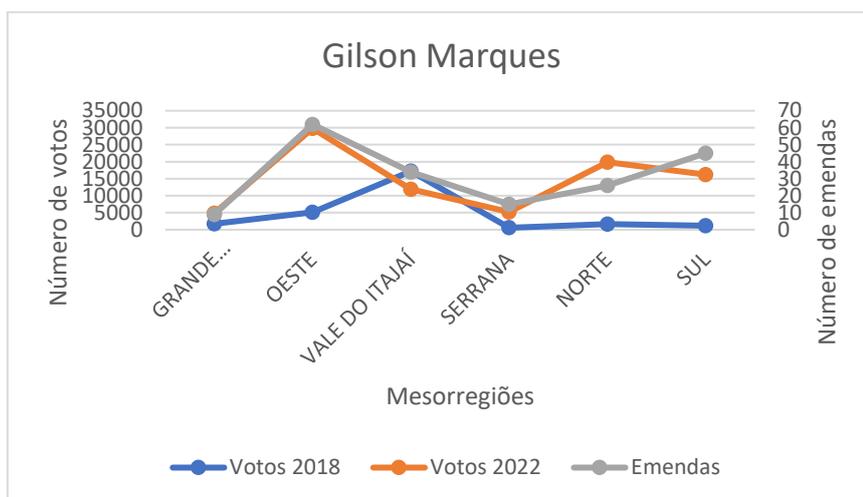


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

De acordo com as observações, é possível constatar que o deputado Darci de Matos obteve uma maior concentração de votos na mesorregião Sul. Houve uma destinação majoritária dos recursos obtidos por meio de emendas parlamentares nas regiões Oeste e Norte. No entanto, é importante destacar que todas as regiões, mesmo aquelas em que a votação do deputado não foi expressiva, ainda foram beneficiadas com recursos.

Com isso, passa-se a análise dos dados do deputado federal Gilson Marques, que é possível observar:

Gráfico 15: Gilson Marques

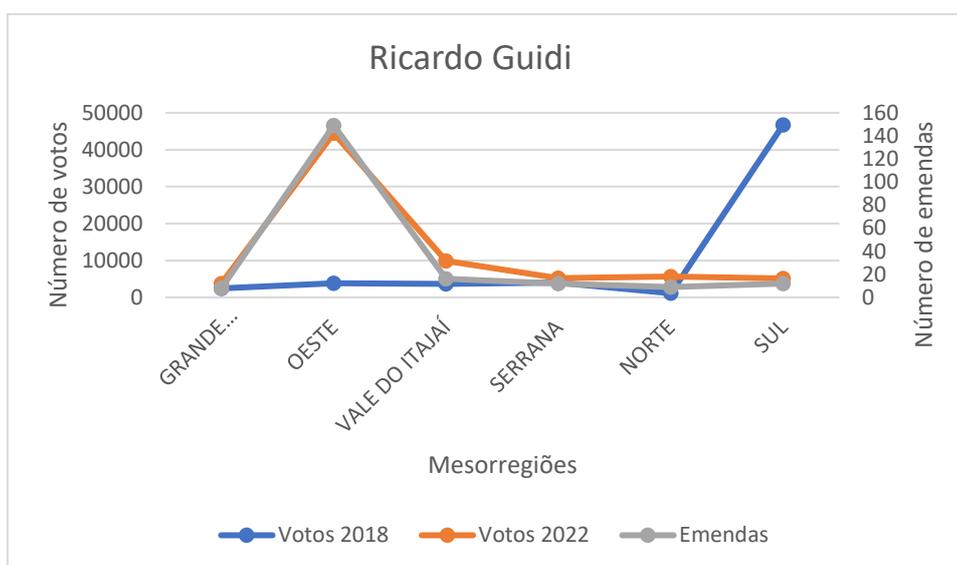


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Com base na análise, o deputado Gilson Marques obteve a maior parte dos votos na mesorregião do Vale do Itajaí durante as eleições de 2018. Porém, ele direcionou a maior parte dos recursos para a mesorregião Oeste, assim como para as mesorregiões Norte e Sul, mesmo recebendo menos votos nessas áreas. Nas demais mesorregiões, o deputado distribuiu as emendas de maneira proporcional à quantidade de votos recebidos. É interessante notar que, nas eleições de 2022, houve relativo aumento na votação nas regiões para as quais o deputado destinou emendas parlamentares.

Com isso, passa-se para a análise dos dados e do deputado Ricardo Guidi do PSD, onde é possível ver que:

Gráfico 16: Ricardo Guidi (PSD)

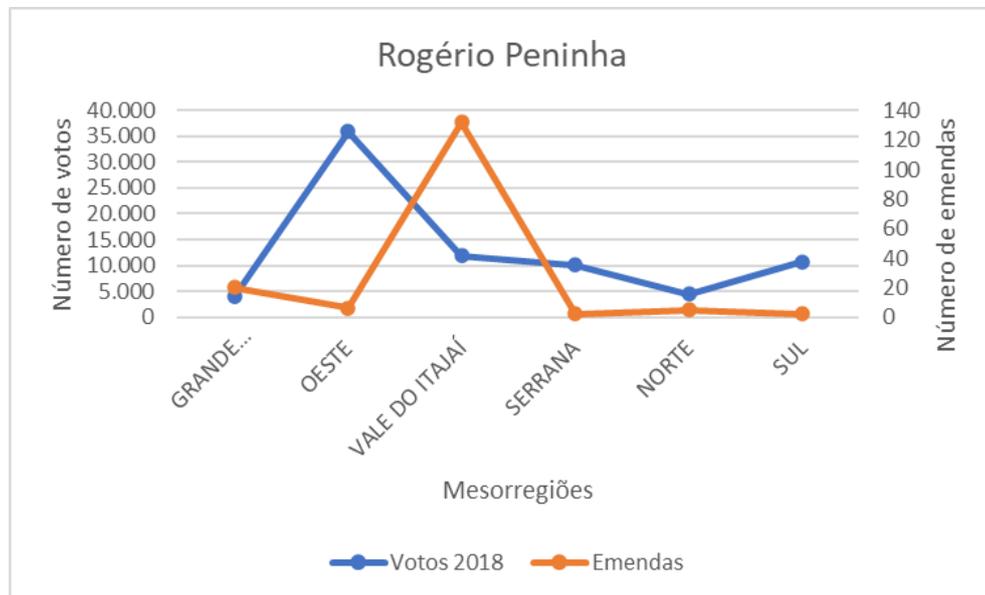


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Nesse caso, é importante destacar que o deputado Ricardo Guidi obteve uma grande concentração de votos na mesorregião Sul durante as eleições de 2018. No entanto, a distribuição dos recursos provenientes de suas emendas parlamentares para os municípios dessa região foi limitada. Nas eleições de 2022, o parlamentar enfrentou uma perda significativa de votos na região Sul. Por outro lado, a mesorregião Oeste apresentou a maior concentração de votos e alocação de emendas.

Assim, passa-se ao gráfico seguinte que avalia o repasse de recursos do deputado Rogério Peninha do MDB, onde, no gráfico 17, pode se ver:

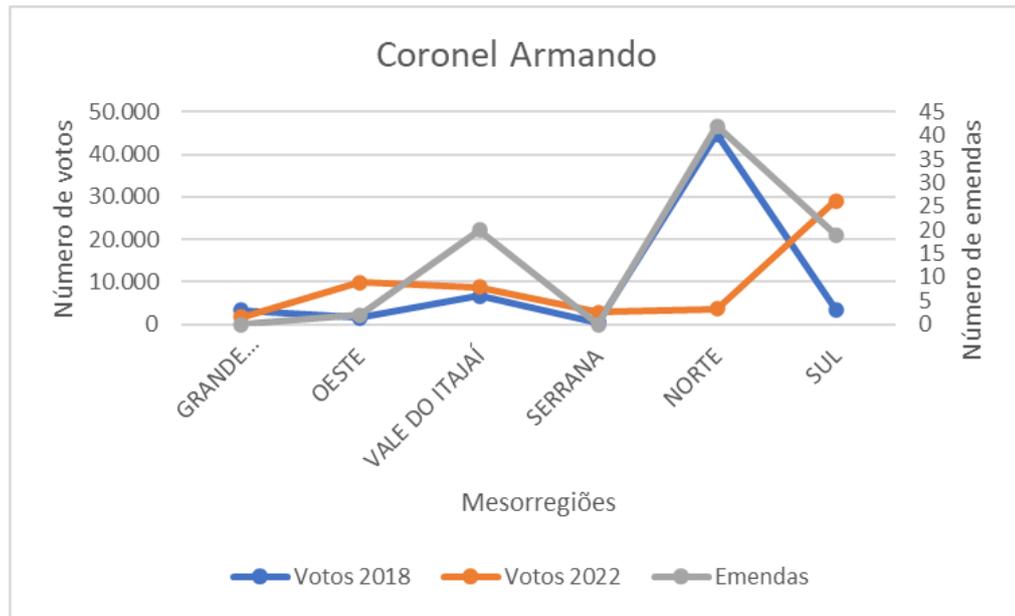
Gráfico 17: Rogério Peninha (MDB)



Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Conforme apresentado no gráfico 17, destaca-se que o deputado federal Rogério Peninha não se candidatou nas eleições de 2022. Portanto, só é possível comparar os resultados da votação nas eleições de 2018 com a destinação de emendas ao longo desta legislatura. O deputado obteve uma votação expressiva na mesorregião Oeste, no entanto, não direcionou emendas para essa região. Por outro lado, é possível observar que a mesorregião do Vale do Itajaí foi majoritariamente beneficiada com a alocação de suas emendas entre 2020 e 2022.

No que concerne aos dados do deputado federal Coronel Luiz Armando do PSL, observa-se, no gráfico 18:

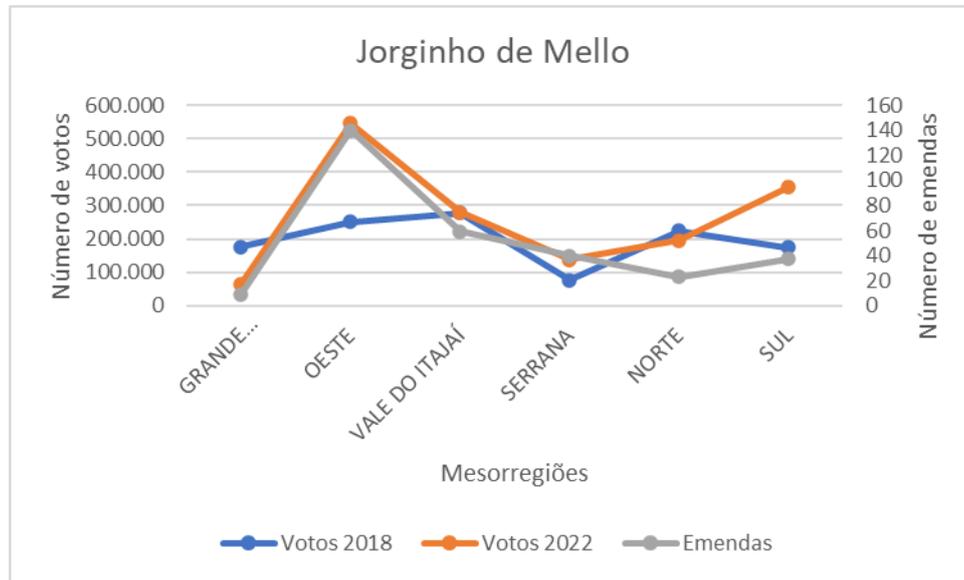
Gráfico 18: Coronel Armando (PSL)

Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Nesse caso, é importante destacar que o deputado federal Coronel Luiz Armando obteve uma grande concentração de votos na mesorregião Norte durante as eleições de 2018. Ele direcionou os recursos provenientes de suas emendas parlamentares para os municípios dessa região, bem como para a mesorregião do Vale do Itajaí. É relevante mencionar que não teve uma votação expressiva na mesorregião Sul, porém destinou uma parte significativa de suas emendas para essa região. Nas eleições de 2022, o parlamentar enfrentou uma perda significativa de votos na região Norte. Por outro lado, a mesorregião Sul apresentou a maior concentração de votos e alocação de recursos. O deputado federal não foi reeleito em 2022.

No que concerne aos dados do senador Jorginho Mello do PL, no gráfico 19, que aponta:

Gráfico 19: Jorginho Mello (PL)

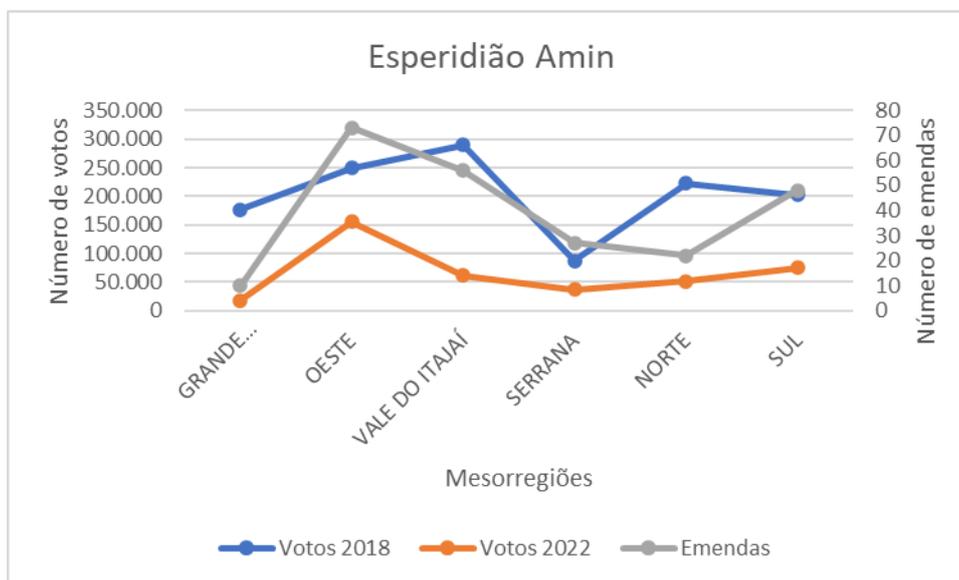


Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

É importante mencionar que o senador Jorginho Mello obteve sucesso nas eleições de 2022, concorrendo ao cargo de governador de Santa Catarina. A partir desse momento, a senadora Ivete da Silveira assumiu o cargo de senadora, substituindo-o após o seu afastamento para concorrer ao cargo de governador. Observa-se que as mesorregiões Oeste e Vale do Itajaí concentram a maior quantidade de votos em 2018. Nas eleições de 2022 as regiões Oeste e Sul concentraram a maior quantidade de votos enquanto as demais mesorregiões mantiveram a mesma votação das eleições de 2018. O senador destinou a maior quantidade de emendas para a região Oeste. As demais regiões também receberam recursos, sendo o Vale do Itajaí a 2ª região com maior destinação de emendas.

Passando então a apresentação dos dados do senador Esperidião Amin do PP, observa-se, no gráfico 20, que:

Gráfico 20: Esperidião Amin (PP)



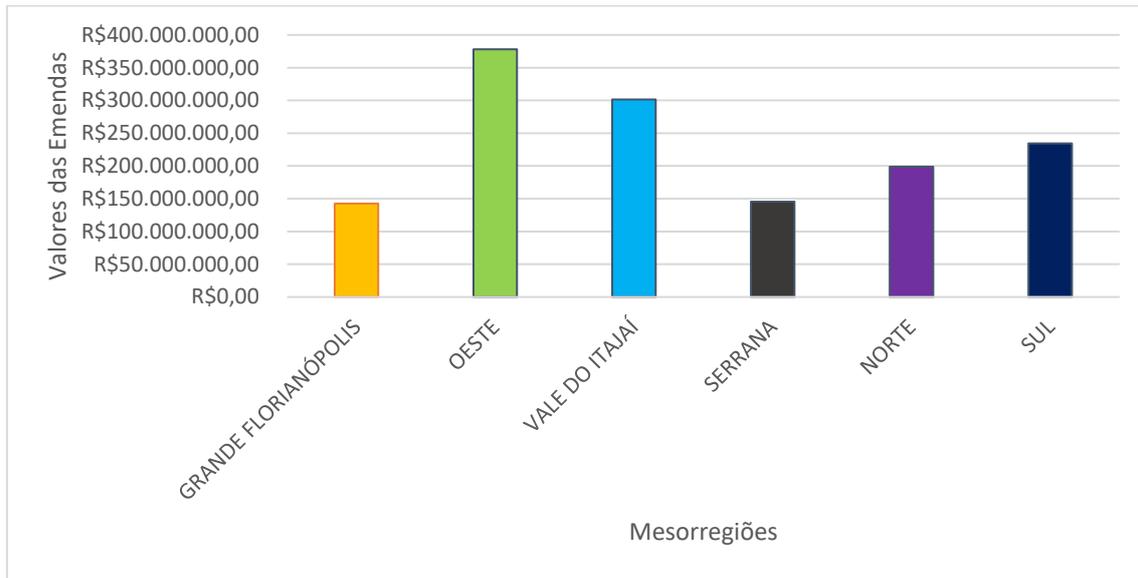
Fonte: SIGA Brasil - Painel Cidadão e TSE

Os dados do senador Esperidião Amin mostram uma concentração na distribuição de recursos em áreas onde o senador teve uma votação mais expressiva. O senador destinou emendas para as regiões Oeste, Vale e Sul que apresentaram uma maior concentração de votos nas eleições de 2018. É possível observar que, nas eleições de 2022 o senador perdeu votos em todas as mesorregiões, porém, as votações foram mais expressivas nas regiões com maior destinação de emendas.

O senador Esperidião Amin concorreu ao cargo de governador de Santa Catarina nas eleições de 2022, no entanto, não obteve sucesso, permanecendo como senador (legislatura de 2019-2027).

Após analisar as alocações por parlamentar catarinense, segue, no Gráfico 21, a totalidade por mesorregião, percebidas pelos municípios de 2020 a 2022. Identifica-se que a região Oeste, em seguida do Vale do Itajaí, foram as regiões que mais receberam recursos.

Gráfico 21: Emendas empenhadas para as mesorregiões de SC, 2020-2022



Fonte: Elaborado pelo autor com os dados do SIGA

O gráfico 21 demonstra uma representação dos valores totais das emendas destinadas aos municípios de Santa Catarina no período de 2020 a 2022. As mesorregiões mais beneficiadas são o Oeste e o Vale do Itajaí. É importante ressaltar que o Oeste possui uma maior concentração de parlamentares com apoio eleitoral nessa região, seguido pelo Vale do Itajaí e pela região Sul Catarinense. A análise realizada neste quarto capítulo, considerando o Índice de Impacto Eleitoral (IIEE) e a comparação da alocação de emendas por mesorregião juntamente com o desempenho eleitoral nas eleições de 2018 e 2022, confirma a influência da destinação de emendas parlamentares no cenário eleitoral local, especialmente nas eleições de 2022. Os resultados obtidos revelam que a alocação estratégica de recursos pelos parlamentares em suas bases eleitorais pode influenciar seu desempenho nas eleições subsequentes. Essa constatação reforça a importância da base eleitoral como um dos fatores relevantes na alocação de emendas e na busca por apoio eleitoral.

Dessa forma, em relação à Hipótese 3, que postula uma relação positiva entre a destinação de emendas parlamentares e o aumento do apoio eleitoral dos parlamentares, os resultados desta pesquisa confirmam essa relação com base nas eleições de 2022 para os deputados federais e senadores de Santa Catarina. No entanto, não é

possível ratificar essa relação com base nas eleições de 2018, nem generalizá-la para outras regiões brasileiras.

Considerando esse contexto, é necessário adotar uma perspectiva mais ampla em relação à hipótese de que a distribuição de recursos por meio de emendas orçamentárias seja suficiente para explicar o impacto eleitoral. Recomenda-se, portanto, a realização de estudos futuros utilizando metodologias mais robustas, como modelos econométricos, a fim de aprofundar a compreensão dessa relação complexa entre a alocação de recursos e os resultados eleitorais.

Ao considerar o apoio eleitoral, é essencial levar em conta não apenas a destinação de emendas parlamentares, mas também outras variáveis relevantes. O contexto socioeconômico e político, as ações do parlamentar em diferentes áreas, suas crenças ideológicas, filiação partidária e histórico de mandatos são exemplos de fatores que podem influenciar o apoio dos eleitores. Uma análise abrangente dessas variáveis, aliada a metodologias avançadas, proporcionará uma compreensão mais completa e precisa da relação entre a alocação de recursos e o apoio eleitoral.



6

CONCLUSÃO

Este é um estudo exploratório, haja vista que as inferências declaradas não pretendem sustentar que os resultados coletados são aplicáveis ao restante dos parlamentares do país, mas trazer à tona o tema expondo o contexto atual.

A hipótese (H1), que propõe a alocação de emendas, é direcionada prioritariamente para as regiões com maior concentração de voto foi confirmada evidenciando que os parlamentares buscam fortalecer seu apoio eleitoral ao investir em áreas onde possuem maior respaldo eleitoral.

A análise realizada evidencia a congruência entre a alocação de emendas parlamentares e o crescimento do apoio eleitoral, seguindo os padrões identificados por Carvalho (2003) em seu estudo sobre o comportamento legislativo e a geografia política do voto. Adicionalmente, os resultados sustentam a hipótese de que a base eleitoral dos parlamentares exerce influência na destinação das emendas parlamentares individuais, priorizando-as nas regiões com maior concentração de votos. Além disso, os parlamentares também buscam expandir e conquistar novos redutos eleitorais ao investir em regiões onde há potencial de apoio político, mesmo que inicialmente tenham obtido uma quantidade menor de votos.

A hipótese (H2), que indica que a afiliação partidária influencia a alocação de emendas parlamentares, foi confirmada. Isso mostra que os parlamentares têm a tendência de destinar recursos para suas bases eleitorais alinhadas com seus partidos políticos. Essas constatações reforçam nosso entendimento sobre os fatores que influenciam a alocação de emendas parlamentares e destacam a importância da concentração de votos e da afiliação partidária nesse processo.

A hipótese (H3) sustenta que a destinação de emendas parlamentares está positivamente relacionada ao aumento do apoio eleitoral dos parlamentares. Segundo essa hipótese, os parlamentares que direcionam uma proporção maior de recursos para suas bases eleitorais têm maiores chances de fortalecer sua conexão com o eleitorado e, conseqüentemente, de obter um aumento no apoio nas eleições subsequentes. Essa relação sugere que a alocação estratégica

de recursos, por meio das emendas parlamentares, pode desempenhar um papel significativo na consolidação do apoio eleitoral e na manutenção da representação política dos parlamentares.

O Índice de Impacto Eleitoral das Emendas (IIEE), proposto por Lago (2010), foi empregado na análise, e os resultados obtidos corroboram as considerações do autor. Embora esta pesquisa confirme a relação entre a alocação de emendas parlamentares e o apoio eleitoral nas eleições de 2022 para deputados federais e senadores de Santa Catarina, não é possível ratificar essa relação com base nas eleições de 2018, nem generalizá-la para outras regiões do Brasil.

É importante ressaltar a relevância de considerar variáveis adicionais e investigar outros fatores que possam exercer influência no apoio eleitoral, como o contexto político, social e econômico, assim como a atuação parlamentar em diferentes aspectos além da destinação de emendas. Lago (2010), por exemplo, considerou variáveis como a origem do parlamentar, o número de mandatos, o perfil ideológico e a filiação ou não a um partido da base do governo. Dessa forma, é necessário compreender que as emendas não devem ser subestimadas em sua importância, mas também reconhecer que não são a única variável relevante nesse contexto.

Recomenda-se, portanto, a realização de estudos futuros utilizando metodologias mais robustas, como modelos econométricos, a fim de aprofundar a compreensão dessa relação complexa entre a alocação de recursos e os resultados eleitorais.

A utilização de metodologias mais avançadas permitirá uma compreensão mais completa e precisa dessa relação, contribuindo para uma análise mais sólida e embasada. Dessa forma, será possível explorar de forma mais completa a complexidade e as nuances das interações entre a destinação de emendas parlamentares individuais e o aumento do apoio eleitoral.

Em síntese, os resultados desta pesquisa evidenciam a relação entre a destinação das emendas parlamentares individuais, a base eleitoral, a conexão partidária e o aumento do apoio eleitoral. Essa análise contribui para a compreensão dos mecanismos de influência política, das estratégias adotadas pelos parlamentares e da distribuição de recursos. Ao compreender os mecanismos de influência política e a distribuição de recursos, os parlamentares poderão adotar abordagens mais eficazes em suas atividades políticas. Essas estratégias visam maximizar o impacto político, fortalecer a relação com os eleitores e



atender às demandas e necessidades de suas bases eleitorais de forma mais efetiva.





REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

- ABRAHAM, Marcus. **Curso de direito financeiro brasileiro** - 4. ed. rev. atual. e ampl. –Rio de Janeiro: Forense, 2017.
- ABRUCIO, Fernando Luiz; LOUREIRO, Maria Rita. **Finanças Públicas, democracia e accountability: debate teórico e o caso brasileiro**. In: XXIX Encontro da Anpocs. p.12, 2005.
- AMES, Barry. **Os Entraves da Democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2003.
- _____. PEREIRA, C.; RENNÓ, L. **Famintos por pork. Uma análise da demanda e da oferta por políticas localistas e suas implicações para a representação política**. In: POWER, T.ZUCCO JR., C. (orgs.). O Congresso por ele mesmo. Autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011.
- AMES, Barry, BAKER, Andy, and RENNÓ, Lucio R. **The “Quality” of Elections in Brazil: Policy, Performance, Pageantry, or Pork?** In Democratic Brazil Revisited, ed. Timothy, J. Power and Peter, R. Kingstone. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press. 107–36.10.2307/j.ctt6wr9x1.11, 2008.
- AYDOS, E. D. **O voto distrital e o aperfeiçoamento da democracia representativa no Brasil**. Porto Alegre. Mimeo, 1979.
- BAIÃO, Alexandre Lima; COUTO, Cláudio Gonçalves. **A eficácia do pork barrel: a importância de emendas orçamentárias e prefeitos aliados na eleição de deputados**. Opin. Pública, Campinas , v. 23, n. 3, p. 714-753, Dezembro, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762017000300714&lng=e n&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr 2023.
- BARONE, L. S. **Eleições, partidos e política orçamentária no Brasil: explorando os efeitos das eleições locais na política nacional**. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas - Escola de Administração de Empresas, 2014.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988, Art.165.
- BRUMANA, F. S. **Um Estudo do Orçamento Público Impositivo Sob as Políticas Públicas**. Notes on Law and Public Policy, 2(2). Recuperado de <http://seer.unirio.br/cdpp/article/view/9260> (Original work published 2º de dezembro de 2020), 2021.

CARVALHO, Nelson Rojas de. **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2003.

COX, G. y M. McCUBBINS. **Legislative Leviathan**, 1987, Berkeley, University of California Press, 1993.

FAREJOHN, J. **Pork Barrel Politics**. **Stanford University Press**, 1974.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub; LIMONGI, Fernando. **Políticas orçamentárias no presidencialismo de coalizão**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008

FLEISCHER, David V. **Concentração e dispersão eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais – 1966/1974**. In: Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 4, 1976.

GREGGIANIN, Eugênio; SILVA, José de Ribamar Pereira da. **Estudo Técnico Conjunto nº 1, de 2015: o regime do orçamento impositivo das emendas individuais – disposições da 136 Emenda Constitucional nº 86, de 2015, e da LDO de 2015**. Congresso Nacional: 2015. Disponível em:

<https://www2.camara.leg.br/orcamento-dauniaio/estudos/2015/ESTC01_2015.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2023.

GREGGIANIN, Eugênio; SILVA, José de Ribamar Pereira da. **Orçamento Impositivo das Emendas Individuais – Disposições da Emenda Constitucional nº 86, de 2015, e da LDO 2015. Orçamento em discussão**. Brasília, n. 16, p. 6-42, 2015. Disponível em:

<<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509462/OEDO016.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 24 jan. 2023.

INDJAIAN, Maria L. **Análise Preliminar da bancada federal paulista eleita pelo MDB em 1978**. São Paulo, Relatório parcial de pesquisa apresentado à FAPESP, 1981.

KINZO, Maria D'alva, BORIN, Ivan e MARTINS JR., José Paulo. **Padrões de competição eleitoral na disputa para a Câmara Paulistana: 1992-2000**. Novos estudos. - CEBRAP. n.65, pp. 45-65, 2003.

LAGO, I. C. **Conexão eleitoral: Geografia do voto, comportamento parlamentar e reeleição entre os deputados federais do Sul do Brasil / 1998-2006**. Tese (Doutorado em Sociologia Política)— Florianópolis: Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade Federal de Santa Catarina, 2010.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil**. Opin. Pública, Campinas , v. 9, n. 1, p. 44-67, 2003 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762003000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 14 jun 2023.

LEONI, Eduardo; PEREIRA, Carlos; RENNÓ, Lúcio. **Estratégias para sobreviver politicamente: escolhas de carreiras na Câmara de Deputados do Brasil**. Opinião Pública, v. 9, n. 1, p. 44–67, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-62762003000100002>

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina. **Processo orçamentário e comportamento Legislativo: emendas individuais, apoio ao Executivo e programas de governo**. Rio de Janeiro , v. 48, n. 4, p. 737-776, Dezembro, 2005 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582005000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 abr 2023.

MESQUITA, Lara. **Emendas ao Orçamento e Conexão Eleitoral na Câmara dos Deputados**. Dissertação de Mestrado defendida no Departamento de Ciência Política da Universidade de São Paulo. 2008. Disponível em:

<<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-26082009-002734/pt-br.php>> . Acesso em: 21 de junho de 2023.

_____. et al. **Emendas individuais e concentração de votos: uma análise exploratória**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 82-106, jul./dez. 2014. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3181>> . Acesso em: 05 de abril de 2023.

NEVES, Adriano Craveiro. **Geografia do voto e conexão eleitoral nas eleições de 1994 a 2006 para deputado federal no Piauí**. 2010. 109f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

NICOLAU, Jairo. **O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil**. Rio de Janeiro , v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006 . Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582006000400002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 de jan 2023.

_____. **Como Controlar o Representante?**: Considerações sobre as Eleições para a Câmara dos Deputados no Brasil. Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 219-236, 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 abr 2023.

_____. et al. **Emendas individuais e concentração de votos: uma análise exploratória**. Teoria & Pesquisa: Revista de Ciências Sociais, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 82-106, jul./dez. 2014.

Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3181>>. Acesso em: 05 de abr 2023.

PASCOAL, Valdecir. **Direito Financeiro e Controle externo**. 9. Ed. São Paulo. Método, p.20, 2015.

PASSEROTTI, Denis Camargo. **O orçamento como instrumento de intervenção no domínio econômico**. São Paulo: Blucher, 2017

PICCI L, GOLDEN M. **Pork barrel politics in postwar Italy, 1953–1994**. Technical Report, University Library of Munich, Germany, 2007.

PEREIRA, C.; RENNÓ, L. **“Successful reelection strategies in Brazil: the electoral impact of distinct institutional incentives”**. Electoral Studies, vol. 22, n° 3, p. 425-448, 2003.

_____. **“O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil”**. Revista de Economia Política, vol. 27, n° 4, p. 664-683, 2007.

PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. **“The cost of governing strategic behavior of the president and legislators in Brazil’s budgetary process”**. Comparative Political Studies, vol. 37, n° 7, p. 781-815, 2004.

_____. **Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa**: a conexão eleitoral no Brasil. Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 735-771, 2003. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582003000400004&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 02 jan 2023.

QUEIROZ, Antônio Augusto de. **Cartilha políticas públicas e o ciclo orçamentário**.

Brasília: Diap, 2016.

ROCHA, Sergio André. Da Lei à Decisão: **A Segurança Jurídica Possível na Pós-Modernidade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

ROBERTS, KENNETH, e WIBBELS, ERIK. **“Party Systems and Electoral Volatility in Latin America: A Test of Economic, Institutional, and Structural Explanations”**. American Journal of Political Science 93 (3): 575–590, 1999.

SAMUELS, David. **Determinantes do Voto Partidário em Sistemas Eleitorais Centrados no Candidato**: Evidências sobre o Brasil. Rio de Janeiro, v. 40, n. 3, 1997.

Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05 abr 2023.

SANCHES, Osvaldo M. **O ciclo orçamentário: uma reavaliação à luz da Constituição de 1988**. In: GIACOMONI, J.; PAGNUSSAT, J. L. (Ed.). Planejamento e orçamento governamental Brasília: Enap, v. 2, p.187-217, 2007.

SANFELICE, V. **“Determinantes do voto para deputado federal: relação entre emendas orçamentárias e desempenho eleitoral”**, 52 f. Tese de Doutorado em Economia. Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2010.

SANTANA, Vitor Leal. **Atraindo o pork: que fatores explicam a execução das emendas orçamentárias no Brasil?**. 2011. 85 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SILVA, G. P. **“Uma discussão acerca das regras eleitorais do sistema político brasileiro e dos incentivos ao comportamento parlamentar”**. Tese de Doutorado em Administração Pública e Governo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2009.

ZUCCO JR., César. **Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros**. In: POWER, Timothy; ZUCCO JÚNIOR, Cesar (org.). O Congresso por ele mesmo: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: Editora UFMG, p. 37-60, 2011.



APÊNDICES

APÊNDICES



APÊNDICES





idn

Bo
pro
cit
ref
Nos
são

idp

A ESCOLHA QUE
TRANSFORMA
O SEU CONHECIMENTO